UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA E COMUNICAÇÃO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO
BACHARELADO EM BIBLIOTECONOMIA

MICHELLE GONÇALVES MATOS

Bibliotecas como Aparelhos Ideológicos de Estado: Uma análise da literatura periódica da Ciência da Informação brasileira.

Porto Alegre
2025

MICHELLE GONÇALVES MATOS

Bibliotecas como Aparelhos Ideológicos de Estado: Uma análise da literatura periódica da Ciência da Informação brasileira.

Trabalho de conclusão de curso de graduação apresentado na Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial à obtenção do título de Bacharela em Biblioteconomia.

Orientador: Prof. Dr. Jackson da Silva Medeiros

Porto Alegre
2025

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
Reitora: Profa. Dra. Marcia Cristina Bernardes Barbosa
Vice-Reitor: Prof. Dr. Pedro de Almeida Costa

FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA E COMUNICAÇÃO
Diretora: Profa. Dra. Ana Taís Martins
Vice-Diretor: Prof. Dr. Thiago Henrique Bragato Barros

DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS DA INFORMAÇÃO
Chefe: Prof. Dr. Fabiano Couto Corrêa da Silva
Chefe Substituto: Prof. Dr. Jackson da Silva Medeiros

COMISSÃO DE GRADUAÇÃO DO CURSO DE BIBLIOTECONOMIA
Coordenadora: Profa. Dra. Helen Rose Flores de Flores
Coordenadora Substituta: Profa. Dra. Maria Lúcia Dias

CIP - Catalogação na Publicação

Matos, Michelle Gonçalves
Bibliotecas como Aparelhos Ideológicos de Estado: Uma análise da literatura periódica da Ciência da Informação brasileira. / Michelle Gonçalves Matos. -- 2025.
59 f.
Orientador: Jackson da Silva Medeiros.

Trabalho de conclusão de curso (Graduação) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Curso de Biblioteconomia, Porto Alegre, BR-RS, 2025.

1. biblioteca. 2. ideologia. 3. Aparelhos Ideológicos de Estado. 4. Althusser. 5. Ciência da Informação. I. Medeiros, Jackson da Silva, orient. II. Título.

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da UFRGS com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação
Rua Ramiro Barcelos, 2705 – Campus Saúde
Santana – Porto Alegre/RS
CEP: 90035-007
Telefone: (51) 3308-5067
E-mail: fabico@ufrgs.br

Michelle Gonçalves Matos

Bibliotecas como Aparelhos Ideológicos de Estado: Uma análise da literatura periódica da Ciência da Informação brasileira.

Trabalho de conclusão de curso de graduação apresentado na Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial à obtenção do título de Bacharela em Biblioteconomia.

Aprovado em: __/__/__

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Jackson da Silva Medeiros (Orientador)

Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

Dra. Verônica Barboza Scartassini

Universidade Federal Fluminense (UFF)

Prof. Dra. Sônia Elisa Caregnato

Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

Dedico este trabalho à memória do meu pai/avô Álvaro e da minha mãe Daniela, que partiram durante esta caminhada. Que, onde quer que estejam, sintam o meu amor e saibam o quanto desejo que estejam orgulhosos de mim.

AGRADECIMENTOS

Ao meu orientador, professor Jackson Medeiros, pela paciência, orientação, confiança e pelas contribuições essenciais, não apenas para este trabalho, mas por me mostrar que a Ciência da Informação pode ir muito além da técnica.

Ao Murillo Otero, sem quem nada disso estaria acontecendo. Obrigada por me ajudar a enxergar o meu potencial quando nem eu mesma acreditava que poderia ir mais longe.

À minha tia Sandra Matos e à minha mãe/avó Glória Matos, por estarem sempre por perto quando eu preciso.

A minha amiga Anna Garrido, que não soltou a minha mão em nenhum momento, seja nas construções de trabalhos, projetos e TCC, seja na vida e no dia-a-dia.

Por fim, aos meus colegas, que deixaram essa caminhada um pouco mais divertida.

RESUMO

MATOS, Michelle Gonçalves. Bibliotecas como Aparelhos Ideológicos de Estado: Uma análise da literatura periódica da Ciência da Informação brasileira. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Biblioteconomia). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Porto Alegre, 2025.

Este trabalho investiga como a literatura periódica brasileira da Ciência da Informação compreende a relação entre bibliotecas e ideologia, examinando em que medida essas instituições podem ser interpretadas como Aparelhos Ideológicos de Estado (AIE), conforme proposto por Louis Althusser. Partindo da premissa de que a biblioteca não é um espaço neutro, mas historicamente tensionado por forças políticas, sociais e culturais, busca-se identificar como os discursos acadêmicos da área reconhecem ou silenciam essa dimensão ideológica. A pesquisa caracteriza-se como aplicada, qualitativa e de base bibliográfica, tendo como fonte a Base de Dados da Ciência da Informação (Brapci). As estratégias de busca envolveram termos relacionados à ideologia, tipologias de biblioteca e ao referencial althusseriano, resultando em 12 artigos que compõem o *corpus* final da análise. Os resultados apontam que a discussão sobre ideologia aparece de forma restrita na literatura da área, concentrando-se sobretudo nas bibliotecas públicas, enquanto outras tipologias permanecem pouco problematizadas. A análise evidencia que as bibliotecas, em sua inserção sociopolítica, ora reproduzem ideologias dominantes, ora apresentam potencial emancipatório, especialmente quando mediadas por profissionais com postura ética e crítica. Conclui-se que a Ciência da Informação brasileira necessita aprofundar o debate sobre o papel ideológico das bibliotecas e fortalecer a formação crítica dos profissionais, de modo a promover práticas que ampliem a autonomia, a diversidade e a transformação social.

Palavras-chave: biblioteca; ideologia; Aparelhos Ideológicos de Estado; Althusser; Ciência da Informação.

ABSTRACT

This study investigates how Brazilian scholarly journals in the field of Information Science understand the relationship between libraries and ideology, examining the extent to which these institutions can be interpreted as Ideological State Apparatuses (ISAs), as proposed by Louis Althusser. Based on the premise that the library is not a neutral space but one historically shaped by political, social, and cultural forces, the research seeks to identify how academic discourse in the field recognizes or silences this ideological dimension. The study is characterized as applied, qualitative, and bibliographic, drawing its corpus from the Information Science Database (Brapci). Search strategies included terms related to ideology, library typologies, and the Althusserian framework, resulting in 12 articles that constitute the final corpus. The findings show that discussions on ideology appear in a limited manner within the literature, focusing primarily on public libraries, while other typologies remain scarcely addressed. The analysis indicates that libraries, within their sociopolitical context, may either reproduce dominant ideologies or present emancipatory potential, especially when mediated by professionals who adopt ethical and critical stances. It is concluded that Brazilian Information Science must deepen the debate on the ideological role of libraries and strengthen the critical training of professionals in order to promote practices that enhance autonomy, diversity, and social transformation.

Keywords: library; ideology; Ideological State Apparatuses; Althusser; Information Science.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO 1

1.1 Objetivos 2

1.1.1 Objetivo geral 2

1.1.2 Objetivos específicos 2

2 REFERENCIAL TEÓRICO 4

2.1 Breve histórico das bibliotecas 4

2.2 Biblioteca enquanto instituição social 6

2.3 Tipologia das bibliotecas 8

2.3.1 Biblioteca Nacional 8

2.3.2 Biblioteca Pública 9

2.3.3 Biblioteca Universitária 10

2.3.4 Biblioteca Especializada 11

2.3.5 Biblioteca Escolar 12

2.3.6 Biblioteca Comunitária ou Popular 13

2.3.7 Biblioteca Ambulante ou Carro-Biblioteca 14

3 A QUESTÃO DA IDEOLOGIA 17

3.1 A trajetória do conceito de ideologia: da falsa consciência à crítica da linguagem 17

3.2 Louis Althusser, ideologia e os Aparelhos Ideológicos de Estado (AIE) 21

3.2.1 Althusser: de uma nova compreensão do Marxismo Clássico aos Aparelhos Ideológicos de Estado 22

3.2.2 A teoria dos Aparelhos Ideológicos de Estado 23

3.2.3 Interpelação 26

4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS 28

4.1 Tipo de pesquisa 28

4.2 Coleta e tratamento de dados 28

4.3 Análise de dados 31

5 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS 43

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS 46

REFERÊNCIAS 49

1 INTRODUÇÃO

As bibliotecas, enquanto instituições socialmente constituídas, ocupam um lugar central na organização, circulação e mediação da informação. Historicamente associadas à preservação do conhecimento e ao acesso ao saber, essas instituições foram, ao longo do tempo, moldadas por diferentes contextos políticos, culturais e econômicos. A tradição da Biblioteconomia frequentemente enfatiza suas dimensões técnicas e funcionais, mas, por vezes, negligencia aspectos simbólicos, ideológicos e políticos de sua atuação. Quando compreendidas apenas como espaços neutros, voltados exclusivamente ao atendimento informacional, tornam-se invisibilizadas as relações de poder que atravessam sua constituição, incluindo suas práticas e as formas pelas quais selecionam, classificam e legitimam determinados discursos sociais.

Nesse sentido, a relação entre ideologia e bibliotecas constitui um campo de investigação relevante para compreender práticas, discursos bibliotecários e, também as funções sociais atribuídas a essas instituições. Ao considerar o referencial dos Aparelhos Ideológicos de Estado (AIE) proposto por Louis Althusser, torna-se possível refletir sobre o papel que as bibliotecas podem desempenhar na reprodução ou contestação de ideologias dominantes. Essa perspectiva amplia o debate tradicional da área, permitindo analisar como as bibliotecas operam no interior das estruturas sociais e de que modo suas ações participam da manutenção ou do questionamento de valores hegemônicos.

Do ponto de vista teórico, essa discussão possibilita problematizar o papel social das bibliotecas como espaços que tanto podem reforçar quanto tensionar estruturas ideológicas. Ao examinar diferentes tipologias de bibliotecas e observar como são representadas no discurso científico da Ciência da Informação brasileira, fica possível compreender em que medida essas instituições podem ser interpretadas como AIE, considerando sua inserção em políticas públicas, práticas pedagógicas, mediações informacionais e formas de circulação do conhecimento.

A relevância do tema também se estende ao campo prático, pois estimula uma visão mais crítica por parte dos bibliotecários sobre sua atuação e inserção institucional e ao reconhecer que as bibliotecas não operam de forma neutra, mas participam de dinâmicas sociais mais amplas, abre-se espaço para repensar práticas profissionais, de políticas de acervo, serviços e processos de mediação. Além disso,

os resultados dessa pesquisa podem contribuir para a formação na Biblioteconomia, incentivando a construção de uma atuação mais consciente e reflexiva, capaz de reconhecer e enfrentar as dimensões ideológicas presentes nas instituições de informação.

Considerando esse cenário, propõe-se investigar como a literatura periódica da Ciência da Informação brasileira aborda as relações entre bibliotecas e ideologia, bem como identificar se essas instituições podem ser compreendidas como Aparelhos Ideológicos de Estado. Para isso, analisa artigos publicados em periódicos nacionais indexados na Base de Dados da Ciência da Informação (Brapci), buscando identificar aproximações conceituais, lacunas e modos de representação da biblioteca no interior desse debate.

Na sequência, apresentam-se os objetivos da pesquisa e, posteriormente, o referencial teórico, os procedimentos metodológicos, a análise dos resultados e as considerações finais.

1.1 Objetivos

A seguir serão apresentados o objetivo geral e os objetivos específicos propostos para esse trabalho.

1.1.1 Objetivo geral

Analisar como a literatura científica periódica de Ciência da Informação brasileira situa a noção de ideologia, em especial de Aparelhos Ideológicos de Estado, em bibliotecas.

1.1.2 Objetivos específicos

Para alcançar o Objetivo Geral, estabelecem-se os seguintes objetivos específicos:

a) Investigar a literatura da Ciência da Informação brasileira disposta em artigos científicos no que concerne ao tema da ideologia, Aparelhos Ideológicos de Estado e das bibliotecas;
b) Identificar como estão propostas as tipologias de bibliotecas na literatura da Ciência da Informação brasileira a partir de suas características;

c) Mostrar se as bibliotecas, conforme descritas na literatura periódica analisada, se relacionam à ideia de Aparelhos Ideológicos de Estado.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

O presente referencial teórico estabelece as bases conceituais para o desenvolvimento do trabalho e se desenvolverá em duas grandes frentes. Primeiramente, é traçado um panorama sobre a conceituação de biblioteca, desde a sua evolução histórica, até as principais tipologias, baseadas na classificação estabelecida pelo Conselho Federal de Biblioteconomia (CFB). A segunda frente, estabelecida após esse panorama, é a trajetória do conceito de ideologia, estabelecendo como ponto central a contribuição de Louis Althusser, com a materialidade da ideologia e com a Teoria dos Aparelhos Ideológicos de Estado.

2.1 Breve histórico das bibliotecas

A História das bibliotecas acompanha a trajetória das civilizações humanas e reflete as transformações socioculturais, políticas e tecnológicas de cada época. Desde as primeiras formas de registro do conhecimento, com as tábuas de argila na antiga Mesopotâmia, até as plataformas digitais da contemporaneidade, as bibliotecas surgiram e se transformaram em resposta às necessidades informacionais de cada período histórico.

Arnaldo Campos (1994, p. 25) destaca que "o livro aparece como uma necessidade natural de fixação da memória humana, com a finalidade de preservar e transmitir o conhecimento e a cultura", evidenciando a perene função de registro e organização do saber. Ele ainda ressalta que, "nos primórdios das civilizações, a escrita era um privilégio de poucos e servia, a princípio, para registros religiosos e administrativos, bem como para a manutenção de leis e códigos" (Campos, 1994, p. 27), o que demonstra a conexão intrínseca entre o registro e as necessidades sociais da época.

A biblioteca de Nínive, fundada no século VII a. C. pelo rei Assurbanípal, é considerada uma das mais antigas, reunia uma vasta coleção de tabletes de argila com textos cuneiformes. Esse acervo, composto por estes documentos, tinha fins tanto administrativos quanto religiosos, além de incluir textos literários e científicos, refletindo a importância dos registros na organização social e religiosa da Mesopotâmia.

Na Grécia Antiga, as bibliotecas estavam profundamente conectadas aos espaços de formação intelectual, especialmente às escolas filosóficas. Esse vínculo

entre conhecimento e ensino alcançou um de seus ápices com a Biblioteca de Alexandria, fundada por volta do século III a.C. no Egito, que se destacou como referência mundial na produção e no compartilhamento do saber. Segundo Mey, “A Biblioteca de Alexandria, durante seis séculos foi o centro cultural do mundo. Reuniu sábios, das mais diferentes procedências, que nela desenvolveram trabalhos e pesquisas de importância fundamental para o conhecimento” (Mey, 2004, p. 71). Ali, reuniram-se estudiosos de diferentes regiões para desenvolver pesquisas e traduzir obras fundamentais, o que contribuiu para importantes avanços científicos e para a circulação do saber, reforçando seu papel de convivência e produção de conhecimento entre pessoas de diversas origens, unidas pela busca intelectual e pela tolerância cultural.

Durante a Idade Média, as bibliotecas passaram a ser dominadas por instituições religiosas, especialmente os mosteiros, sendo o acesso restrito a membros do clero. Nesse período, as bibliotecas estavam mais voltadas à preservação dos manuscritos e à manutenção do conhecimento teológico e doutrinário. Conforme Verger (1999, p. 94), essas bibliotecas eram “sobretudo ricas em textos religiosos e em livros litúrgicos que não eram necessariamente úteis para os homens de saber”, e não é possível afirmar que “elas eram completamente abertas a outros leitores que não fossem os cônegos e frades” que as utilizavam. Essa centralização do saber reforçou o controle eclesiástico sobre a produção, circulação e acesso à informação no período.

Com o advento da imprensa no século XV, o acesso à informação foi progressivamente ampliado, o que influenciou o surgimento de bibliotecas voltadas ao público letrado e à ciência. Nesse contexto, Martins (2001, p. 127) salienta que a imprensa não consiste “somente num sinal qualquer sobre papiro, pergaminho ou papel, mas também e, sobretudo, na reprodução rápida e ilimitada da escrita ou da palavra”. Essa democratização da produção de livros impulsionou a diversificação e a expansão das coleções bibliográficas, impactando diretamente o surgimento de novos tipos de bibliotecas.

No período moderno e contemporâneo, as bibliotecas passaram por significativas mudanças, sobretudo com os movimentos iluministas, a expansão da educação e a institucionalização do direito à informação. A criação de bibliotecas públicas, especialmente a partir do século XIX, marcou uma nova fase. Segundo Campos (1994, p. 101), "com a ascensão do Iluminismo e a demanda por

conhecimento e educação para um público mais amplo, a biblioteca começou a se transformar em uma instituição mais acessível e pública".

Mais recentemente, com o avanço das tecnologias digitais e das redes de informação, as bibliotecas têm assumido funções cada vez mais dinâmicas, adaptando-se às novas formas de produção e acesso ao conhecimento. Nesse contexto, Cunha (2000, p. 7) aponta que “O desafio para a biblioteca reside em conciliar suas funções tradicionais de guarda e preservação da informação e do conhecimento com as novas funções ditadas pela tecnologia…”. Essa evolução reforça o papel da biblioteca, que se vê diante do desafio de atender às demandas de um universo digital em constante mutação.

Essa trajetória demonstra que a biblioteca não é um fenômeno estático, mas uma construção histórica em constante transformação, que acompanha e influencia os modos de registrar, organizar e acessar o conhecimento. Esse panorama é fundamental para a interpretação posterior dos resultados deste trabalho, uma vez que revela que as bibliotecas sempre responderam a demandas sociais, políticas e tecnológicas específicas, o que também reflete nas suas características contemporâneas.

2.2 Biblioteca enquanto instituição social

Compreendida no contexto de seu desenvolvimento histórico, a biblioteca se consolida como uma instituição social complexa, marcada por múltiplas funções e papéis. Historicamente, surgiu como espaço de guarda e preservação de documentos, mas seu conceito foi ampliado à medida que novas dinâmicas sociais, culturais e políticas se configuram. Conforme apontado por Milanesi (1983), a biblioteca deixa de ser apenas um local de armazenamento e assume novas formas e significados conforme se transformavam as necessidades da sociedade.

Embora o dicionário Michaelis (2025) a defina tradicionalmente como uma “coleção de livros [...], com o objetivo de conservá-los e de facilitar a consulta e o estudo”, essa visão se expande significativamente no contexto contemporâneo. Para Santos Júnior e Sousa (2011), “a biblioteca se estabelece como espaço da disseminação do saber”, atuando como um agente de mediação entre o conhecimento e a sociedade.

A International Federation of Library Associations (IFLA), em sua Declaração sobre Bibliotecas e Liberdade Intelectual (2015), reforça o papel da biblioteca como

mediadora do conhecimento. A organização, que tem um papel fundamental para a representação dos interesses das bibliotecas e dos profissionais da informação, afirma que “as bibliotecas proporcionam acesso à informação, às ideias e às obras da imaginação”, servindo como “portas de acesso ao conhecimento, ao pensamento e à cultura”. Além disso, também atribui às bibliotecas a responsabilidade de “garantir e facilitar acesso às expressões do conhecimento e da atividade intelectual", para isso, devem “adquirir, preservar e disponibilizar a mais ampla variedade de documentos, refletindo a pluralidade”.

Dessa forma, compreende-se que a biblioteca não é apenas um repositório físico de documentos, mas uma instituição dinâmica, profundamente inserida em contextos sociais, culturais e políticos. Sua atuação se dá como um espaço de produção, mediação e disseminação do conhecimento. De acordo com Milanesi (1983), a biblioteca não deve ser compreendida apenas como espaço de preservação e organização da memória registrada, mas como instituição ativa, que favorece a apropriação e a criação de novos bens culturais pelos próprios usuários.

Nesse movimento de transformação, a ampliação do acesso público à informação também implica a diversificação das funções e tipos de bibliotecas. Conforme observa Martins (1996, p. 324), “estender a todos os homens os benefícios do livro corresponde, inevitavelmente, a criar livros que possam servir a todos os homens”, o que exige atender a necessidades e interesses variados. A abertura da biblioteca ao grande público rompe com sua configuração original, voltada a grupos restritos, e produz um processo progressivo de especialização:

> [...] a biblioteca tentou, num esforço sobre-humano, atender a todas as solicitações; pouco a pouco, as coleções especializadas foram surgindo. Daí as diversas espécies de biblioteca: esse nome, que antes era unitário e respondia a uma classe única, é hoje apenas um gênero, e as diversas bibliotecas especializadas são as espécies (Martins, 1996, p. 324).

Nesse sentido, a biblioteca deixa de ser uma entidade uniforme para constituir um conjunto de instituições distintas, cada qual orientada a finalidades sociais específicas, consolidando sua função enquanto agente de circulação, organização e institucionalização do conhecimento na esfera pública.

Essa perspectiva é fundamental para as análises que este trabalho se propõe a desenvolver, especialmente ao tratar das relações entre biblioteca, ideologia e as práticas sociais que moldam sua atuação.

2.3 Tipologia das bibliotecas

A classificação das bibliotecas não é apenas uma categorização técnica, mas reflete diferentes funções sociais, públicos atendidos, estruturas institucionais e papéis políticos. Com isso, compreender cada tipologia permite interpretar com maior precisão os resultados deste trabalho, especialmente porque, algumas bibliotecas se organizam a partir de missões sociais ligadas diretamente às comunidades (comunitárias, populares e públicas), outras se estruturam para atender interesses acadêmicos, técnicos ou científicos (universitárias e especializadas), já outras têm funções de representação nacional, preservação da memória e controle bibliográfico (Biblioteca Nacional) e ainda, há aquelas que atendem territórios específicos e populações sem acesso a equipamentos fixos (bibliotecas ambulantes).

Essas distinções são relevantes na análise dos resultados, pois revelam que cada tipo de biblioteca se insere de maneira distinta nos mecanismos sociais, políticos e ideológicos, assumindo funções diferenciadas em relação às comunidades, ao Estado e à produção de conhecimento.

Utiliza-se neste trabalho a classificação tipológica estabelecida pelo Conselho Federal de Biblioteconomia (CFB), órgão responsável por normatizar e fiscalizar a profissão de bibliotecário no Brasil e que, com isso, traz ao trabalho um fundamento oficial e amplamente reconhecido pela área. Baseando-se, então, nas tipologias estabelecidas pelo CFB, temos os seguintes tipos de biblioteca: nacionais, públicas, universitárias, especializadas, escolares, comunitárias ou populares e biblioteca ambulante. Para cada tipologia de biblioteca que apresentamos, assumimos a ideia de apresentação da sua constituição histórica, conceituação e funções.

2.3.1 Biblioteca Nacional

A Biblioteca Nacional (BN) é a principal instituição bibliográfica e documental de um país, cuja constituição histórica está, em muitos casos, ligada à incorporação de grandes coleções estatais ou reais, elevando-a à condição de guardiã do patrimônio intelectual (Cunha; Cavalcanti, 2008). O seu propósito primordial é preservar a memória nacional de toda a produção documental de um país, para isso, a BN atua com diversas funções, destacando a responsabilidade pela aquisição e conservação dos exemplares dos documentos publicados, sendo a Lei do Depósito

Legal, aqui no Brasil, por exemplo, um mecanismo fundamental para enriquecer o acervo.

Dentre as suas tarefas operacionais incluem compilar e publicar a bibliografia nacional, atuar como centro nacional de informação bibliográfica e organizar e manter catálogos coletivos nacionais (Cunha; Cavalcanti, 2008), consolidando-se como centro de referência e pesquisa de alta relevância. Embora seja aberta ao público, sua função principal é a de pesquisa especializada e não o empréstimo, por isso, as bibliotecas nacionais são consideradas centros de referência e pesquisa de alta relevância.

A Biblioteca Nacional do Brasil (ou Fundação Biblioteca Nacional), no Rio de Janeiro, é um dos exemplos mais antigos e importantes da América Latina e, considerada pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), uma das principais bibliotecas nacionais do mundo.

O acervo da Biblioteca Nacional do Brasil é formado, em grande parte, através do Depósito Legal, como citado, é uma lei federal que obriga editores e produtores a enviar um ou mais exemplares de suas publicações para a BN. Conforme o portal da Biblioteca Nacional, o Depósito Legal “assegura a coleta, guarda e difusão da produção intelectual brasileira, visando a preservação e formação da Coleção Memória Nacional” (GOVERNO FEDERAL, [s.d.]). Com isso, garante que a coleção seja a mais abrangente possível, incluindo não apenas livros, mas também, periódicos, mapas, partituras, fonogramas e outros tipos de documentos.

2.3.2 Biblioteca Pública

A biblioteca pública se diferencia da maioria das demais tipologias por tentar estabelecer um caráter mais democrático e menos restrito ao seu ambiente. É uma instituição mantida pelo poder público e aberta a todos os cidadãos, sem qualquer discriminação de idade, classe social ou credo. Ganhou grande impulso a partir de meados do século XIX, em um movimento de valorização da educação, passando a ser vista como um instrumento auxiliar do processo de educação formal e um mecanismo democrático de educação permanente (Campello; Caldeira, 2008).

A sua função é ser a memória coletiva de um grupo social, tendo evoluído de um local de mero lazer e entretenimento para uma biblioteca pública de informação, voltada para objetivos práticos e mundanos (Campello; Caldeira, 2008), com foco no

atendimento das necessidades informacionais da comunidade, inclusive, oferecendo serviços de informação para grupos menos privilegiados, como o acesso à internet, por exemplo.

Uma biblioteca pública oferece consulta local, empréstimo domiciliar, empréstimo entre bibliotecas, realização de buscas bibliográficas e o desenvolvimento de atividades culturais e de promoção dos seus serviços.

A Biblioteca Municipal Josué Guimarães, mantida pela prefeitura de Porto Alegre, constitui um espaço público aberto a toda a comunidade e atua como promotora da leitura, da informação e da cultura. Com um acervo aproximado de 50 mil itens, a BPMJG disponibiliza empréstimos, consultas e ainda, oferece atividades culturais, oficinas, feiras de troca de livros, exposições e programas de incentivo à leitura e à formação cultural. Como tal, ela representa um exemplo de instituição que atende às necessidades informacionais da população e contribui para a salvaguarda e difusão da memória cultural municipal.

2.3.3 Biblioteca Universitária

A biblioteca universitária é uma instituição integrada à universidade ou a um centro de ensino superior. Seu papel é ser um suporte fundamental às atividades de ensino, pesquisa e extensão, as bases da vida acadêmica. A sua constituição histórica está intimamente ligada ao desenvolvimento e expansão das instituições de ensino superior (IES), surgindo como esse suporte às atividades das faculdades desde os primórdios dessas instituições.

A sua função central é ser o órgão de apoio fundamental à missão pedagógica e científica da universidade, atuando como centro estratégico que integra o ensino, a pesquisa e a extensão, e que é dimensionado conforme as áreas de conhecimento da IES a que serve (Cunha; Cavalcanti, 2008).

Para cumprir este papel, os serviços oferecidos envolvem a aquisição e desenvolvimento de coleções especializadas, a gestão de recursos de informação científica, oferta de serviços de referência especializados, empréstimo domiciliar e, essencialmente, o treinamento de usuários no uso estratégico da informação para a investigação, sendo assim, um instrumento ativo no processo de formação e produção de conhecimento na comunidade acadêmica.

A Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS) conta com a Biblioteca Central Irmão José Otão, que funciona como uma biblioteca universitária

integral ao sistema de ensino, pesquisa e extensão da instituição. Com uma estrutura de 21 mil metros quadrados e 14 pavimentos, ela reúne espaços para estudo individual e em grupo, salas climatizadas, acervo impresso e digital, recursos tecnológicos, autoatendimento e acervos especiais, atendendo alunos, professores e pesquisadores. Além disso, a biblioteca oferece múltiplos serviços de apoio acadêmico, como acesso a bases e periódicos online, empréstimos de e-books, digitalização de obras, gerenciadores de referências e um programa de treinamentos e capacitação de usuários, facilitando o uso estratégico da informação e contribuindo para a investigação científica.

2.3.4 Biblioteca Especializada

A biblioteca especializada se distingue por seu enfoque em um campo de conhecimento específico, atendendo a um público de nicho. Fonseca (2007) explica que o surgimento dessas bibliotecas está diretamente ligado ao desenvolvimento da ciência e da tecnologia. Ela é, geralmente, uma unidade de informação ligada a uma empresa, um órgão governamental, um hospital ou um centro de pesquisa, com a missão de fornecer acesso a informações técnicas e científicas relevantes para os objetivos da instituição a que pertence. Conforme afirma o autor, “A designação ‘biblioteca especializada’ se refere tanto à especialização das coleções como à tipologia dos usuários” (Fonseca, 2007, p. 63).

Sua principal função é atuar como um parceiro estratégico para o desenvolvimento e a inovação da organização-mãe. O público-alvo é restrito, composto por profissionais, técnicos e pesquisadores que necessitam de informações de alta qualidade e atualizadas para suas atividades de trabalho.

O acervo de uma biblioteca especializada é altamente técnico, concentrando-se em materiais como normas, patentes, relatórios técnicos, periódicos e bases de dados especializadas. Miranda (2007) reforça a diversidade desses formatos, observando que, embora “as publicações periódicas sejam de primordial importância”, o acervo também conta com “relatórios, folhetos, normas, monografias, teses, obras de referências especializadas, [...] bases de dados, DVD e outros materiais publicados em separata” (Miranda, 2007, p. 88).

Além do acervo, os serviços oferecidos são personalizados e incluem a busca e análise de informações, a disseminação seletiva de informações (DSI) e a

elaboração de dossiês informativos, visando apoiar a tomada de decisão e a produção de conhecimento dentro da instituição.

A Biblioteca de Manguinhos da Fiocruz é um exemplo de biblioteca especializada, a sua constituição histórica remonta a 1900 com a criação do Instituto Soroterápico Federal e tem como função central ser um centro de referência em informação científica na área de Ciências Médicas e Biológicas, apoiando a pesquisa da Fundação Oswaldo Cruz.

2.3.5 Biblioteca Escolar

A biblioteca escolar é uma unidade de informação fundamental, integrada ao projeto pedagógico da escola, atuando em instituições de ensino fundamental e médio. Seu principal papel é ir além do simples empréstimo de livros, posicionando-se como um centro de recursos multidisciplinares que apoia diretamente o processo de ensino-aprendizagem. Sua missão é determinante para desenvolver o hábito de leitura, atividade crucial para a formação do indivíduo, especialmente quando o hábito de ler não é incentivado no ambiente familiar, pois a biblioteca escolar representa o primeiro contato formal do estudante com a leitura (Valentim, 2017).

O acervo da biblioteca escolar é especializado e dinâmico para complementar o currículo escolar e ser adequado à faixa etária dos estudantes. Ele é composto por livros didáticos, obras de literatura infantil e juvenil, material de referência e diversos recursos multimídia. O Manifesto da IFLA/UNESCO (2015) complementa, indicando que este acervo se constitui no suporte ao uso de livros e outras fontes de informação, abrangendo “obras de ficção até outros tipos de documento, tanto impressos como eletrônicos, destinados à consulta presencial ou remota. Este acervo se complementa e se enriquece com manuais, obras didáticas e metodológicas” (IFLA, 2015). Dessa forma, a biblioteca escolar atua como um pilar essencial na formação de leitores autônomos e no fomento da cidadania.

O público-alvo são os alunos, professores e o corpo técnico e administrativo da escola. Os alunos são o foco principal dos serviços de fomento à leitura e apoio à pesquisa. Os professores utilizam a biblioteca como recurso estratégico para o planejamento curricular e materiais didáticos complementares e, por fim, o corpo técnico e administrativo é atendido com informações e documentos de suporte à gestão e ao funcionamento da instituição.

No contexto brasileiro existem diversos exemplos que podem ser dados aqui, mas observamos a importância de trazer à este trabalho a relevância da biblioteca escolar que transcende o campo pedagógico e cultura, sendo amparada por um imperativo legal no contexto educacional brasileiro. A Lei nº 14.837, de 2024, reitera a obrigatoriedade da existência de bibliotecas nas instituições de ensino fundamental e médio. Assim, a biblioteca escolar consolida-se não apenas como um pilar no desenvolvimento da leitura e da pesquisa, mas também como um direito fundamental do estudante, assegurado pela lei.

2.3.6 Biblioteca Comunitária ou Popular

A biblioteca comunitária, por vezes referida como biblioteca popular, é uma tipologia que se destaca por sua origem e gestão. Ela surge, via de regra, da iniciativa popular ou de organizações da sociedade civil (Organizações Não Governamentais - ONGs), em geral, estabelecendo-se em áreas onde há carência de políticas públicas de informação e cultura.

Sua principal característica é a íntima relação com o seu público-alvo, que é composto pelos moradores da comunidade onde está inserida. Essa característica é definida pela sua origem, pois, em sua maioria, a biblioteca comunitária é “instituída pelos próprios membros desta [comunidade] com a ajuda de instituições parceiras”, e não uma iniciativa “proposta unicamente por uma instância superior (governo, empresa privada) para uma comunidade” (Lima; Silva, 2014). Os autores ressalvam, no entanto, que “existem exceções”, onde a representação externa cria a biblioteca e a denomina comunitária.

A missão primordial é ser um espaço de convivência, de aprendizado e de transformação social, atuando diretamente nas demandas educacionais e culturais específicas daquela localidade. Esse papel é reforçado pelo seu forte vínculo com a comunidade, que promove uma “reciprocidade de ações, na qual ambas as partes são beneficiadas” (Lima; Silva, 2014). Esse fator de destaque denota a importância da participação popular e da autogestão no modelo dessas instituições.

O modelo de funcionamento baseia-se nessa autogestão, como citada e na participação ativa da comunidade em sua manutenção e programação. Dessa forma, o acervo e os serviços oferecidos são altamente contextualizados, refletindo a cultura, a história e as necessidades práticas dos usuários, o que pode incluir

oficinas de geração de renda, rodas de leitura e atividades que reforçam a identidade local, para além das funções tradicionais de guarda de livros.

Um exemplo que materializa esses princípios é a Biblioteca Comunitária Girassol, localizada na Vila Elizabeth, Zona Norte de Porto Alegre (RS). Foi criada a partir da iniciativa das gestoras Bianka Maduel e Priscila Queiroz e do coletivo Conceito Arte, em um bairro com carência de espaços culturais. A Girassol exemplifica a origem popular e a ação em territórios marginalizados. Seu modelo de autogestão e pertencimento é reforçado pelo fato de seus voluntários serem moradores locais e por parcerias baseadas em permutas com o comércio da comunidade.

2.3.7 Biblioteca Ambulante ou Carro-Biblioteca

A biblioteca ambulante, também conhecida como carro-biblioteca ou bibliomóvel, é uma tipologia de unidade de informação definida pela sua mobilidade. Trata-se de um serviço bibliotecário que opera em veículos adaptados (ônibus, vans ou trailers), projetados para levar o acervo e os serviços a locais que não possuem acesso fácil a uma biblioteca fixa.

Esse tipo de biblioteca objetiva a extensão dos serviços dos bibliotecários, atendendo áreas isoladas, rurais. Duarte e Lourenço (2012) ao abordarem o papel dessa modalidade de biblioteca, destacam que sua missão é a extensão dos serviços, buscando promover a cidadania e a democratização do acesso à informação a populações desfavorecidas. Sendo assim, sua missão primordial é superar as barreiras geográficas e sociais, garantindo o direito à informação e cultura onde a infraestrutura não comporta uma biblioteca tradicional.

A característica da mobilidade exige que o acervo seja rotativo e flexível, composto majoritariamente por materiais de leitura popular e geral. Os serviços são planejados em função de um calendário de rotas e paradas, concentrando-se no empréstimo rápido e na realização de atividades de incentivo à leitura em cada localidade. Paiva (1973) destaca que “Um dos maiores méritos do carro-biblioteca é servir de ponte de mão dupla entre a biblioteca central e um grupo de usuários potenciais.” Sua função, portanto, não é apenas levar o acervo, mas introduzir um serviço interino para a fixação posterior de outros serviços bibliotecários, como também uma forma de estender serviços a regiões distantes” (Paiva, 1973, p. 183).

Desse modo, a biblioteca ambulante atua como uma ferramenta de extensão bibliotecária, garantindo a capilaridade da informação no território.

Um exemplo dessa função de extensão e inclusão é o Programa Carro-Biblioteca desenvolvido pela Escola de Ciência da Informação da UFMG, conforme detalhado por Duarte e Lourenço (2012). Ao longo de décadas, este programa tem atuado em comunidades de baixo desenvolvimento humano em Belo Horizonte e região metropolitana, estabelecendo pontos de leitura e atividades culturais em espaços públicos como praças e escolas. A iniciativa ilustra como a mobilidade do serviço é fundamental para democratizar o acesso à cultura e fomentar a leitura em regiões que, de certa forma, permaneceriam à margem dos equipamentos culturais e informacionais fixos.

Dessa forma, o percurso realizado neste capítulo permitiu compreender que a biblioteca, em suas diversas configurações históricas e tipológicas, transcende a função técnica de guarda de documentos, posicionando-se como uma instituição social e política. A análise das sete tipologias evidenciou a multiplicidade de missões e públicos atendidos e em essência, cada tipologia reflete e atende demandas específicas da estrutura social, o que torna fundamental questionar o papel que essas instituições desempenham, uma vez que, ao estar tão profundamente inseridas no âmbito social, as bibliotecas passam a ser vistas não mais como espaços neutros, mas como possíveis mecanismos de reprodução ou contestação das narrativas e valores dominantes. Essa perspectiva de influência e poder social da biblioteca será o ponto de partida para a próxima seção, onde aprofundaremos o conceito de ideologia e a teoria dos Aparelhos Ideológicos de Estado (AIE), de Louis Althusser.

3 A QUESTÃO DA IDEOLOGIA

Estabelecida a contextualização da biblioteca como uma instituição social dinâmica, a segunda frente deste referencial aborda a questão da ideologia, que é a ferramenta conceitual central para a análise proposta neste trabalho. Esse capítulo propõe uma abordagem sintética sobre a noção de ideologia e seu trajeto histórico. Para tal, adota-se como fonte principal obra *A questão da ideologia* (2020), de Leandro Konder, com o objetivo de traçar um percurso histórico e teórico que mostra como a noção de ideologia, inicialmente atrelada a uma crítica da base econômica e da falsa consciência se expandiu para abranger as esferas da cultura, da dominação simbólica e, por fim, da própria comunicação.

Além de acompanhar a trajetória histórica da noção de ideologia, este capítulo também inclui a apresentação sobre a teoria dos Aparelhos Ideológicos de Estado (AIE), formulada por Louis Althusser, que representa uma inflexão no entendimento contemporâneo do conceito e fundamenta a análise proposta no trabalho.

3.1 A trajetória do conceito de ideologia: da falsa consciência à crítica da linguagem

Para compreender a fundação do conceito de ideologia na teoria social, é indispensável voltar a Karl Marx (1818-1883). Filósofo, economista e revolucionário alemão, Marx é considerado pelos estudiosos da Filosofia e da Sociologia o pai do socialismo científico e um dos pensadores mais influentes da história. Sua obra, que inclui clássicos como *O capital* e *O Manifesto Comunista*, oferece uma análise crítica do capitalismo, focando nas contradições inerentes ao sistema e na luta entre as classes sociais, a burguesia e o proletariado. A sua teoria que compreende também um método, conhecido como materialismo histórico-dialético, alega que a base econômica de uma sociedade determina suas instituições e suas formas de consciência, o que nos leva diretamente à sua visão sobre ideologia.

A compreensão do conceito de ideologia nas Ciências Sociais modernas é, portanto, inseparável da contribuição de Marx. Para ele, ideologia não era apenas um conjunto de ideias, mas uma ferramenta poderosa de dominação, como aponta

Konder (2020, p. 47): “[...] para ele, a ideologia - no essencial - era a expressão da incapacidade de cotejar as ideias com o uso histórico delas, com a sua inserção prática no movimento da sociedade”.

A visão marxista, como mostra Leandro Konder, rompe as concepções idealistas que viam as ideias como forças autônomas. Em vez disso, a ideologia é interpretada como um reflexo invertido da realidade, servindo para legitimar as relações de poder e mascarar a exploração.

A metáfora da “câmera escura”, presente em *A Ideologia Alemã* (2001), ilustra perfeitamente essa perspectiva:

> E, se, em toda a ideologia, os homens e suas relações nos aparecem de cabeça para baixo como em uma câmera escura, esse fenômeno decorre de seu processo de vida histórico, exatamente como a inversão dos objetos na retina decorre de seu processo de vida diretamente físico (Marx; Engels, 2001, p. 19).

Assim como a imagem em uma câmera escura é invertida, a ideologia inverte a realidade social: o produto do trabalho se apresenta como autônomo, o explorador parece benfeitor e a dominação parece natural, essa inversão é o que Konder chama, com base em Marx e Engels, de “falsa consciência”.

A ideologia é, portanto, nesse contexto, um modo de pensar que impede a classe oprimida de reconhecer sua própria condição e as desigualdades sociais, com isso, os indivíduos acreditam que as condições de sua existência são inevitáveis e justas, anulando as possibilidades de crítica e revolução. Esse processo de distorção atinge a sociedade inteira, transformando até mesmo a forma como percebemos o valor das coisas. A força da ideologia é tamanha que elementos que em sua essência não são mercadorias, como a consciência e a honra, são postos à venda por seus detentores, adquirindo uma forma de mercadoria por meio do preço, como notam Marx e Engels (2013).

A ideologia, nesse sentido, é um elemento crucial da superestrutura social, que, segundo a teoria de Marx, é construída sobre a infraestrutura econômica. O modo de produção de uma sociedade (a infraestrutura) determina as relações da superestrutura e, por sua vez, influencia as instituições e as formas de consciência (a superestrutura), como o Estado, a religião, a arte e a filosofia. Como pondera Konder (2020, p. 64), “As obras de arte refletiriam a inserção de seus criadores em suas respectivas sociedades e os valores políticos que os artistas encamparam, isto é, ideologia”.

Assim, a ideologia capitalista não seria um acidente ou um acaso, mas uma necessidade da reprodução do sistema, pois promove valores como a meritocracia, a liberdade individual e a competição que, embora pareçam universais, servem para justificar e manter a ordem social existente, mascarando o conflito de classes.

Em resumo, a formulação Marxista estabelece a ideologia como uma forma de mistificação e de dominação, que age no plano das ideias para consolidar a exploração no plano material. Essa visão, que associa diretamente a ideologia à base econômica, serve de ponto de partida para as futuras revisões e ampliações do conceito, que veremos a seguir.

Para compreender a evolução do conceito de ideologia é fundamental conhecer a contribuição dos filósofos e sociólogos Max Horkheimer (1895-1973) e Theodor W. Adorno (1903-1969), figuras centrais da Escola de Frankfurt. Os pensadores da Escola argumentavam que a dominação social não se exercia apenas pela exploração econômica, mas também por meio de mecanismos culturais e simbólicos que manipulam a consciência e o comportamento das pessoas. É nesse contexto que o conceito de ideologia ganha uma nova dimensão.

Para eles, a interpretação materialista histórica precisava ser aprimorada. Conforme assinala Konder (2020), Horkheimer defendia que, para manter sua relevância e fertilidade, essa interpretação não podia ignorar o papel decisivo de fatores culturais. Tais fatores são fundamentais, pois determinam as diversas posições subjetivas a partir das quais os indivíduos agem, ou deixam de agir, diante das condições objetivas da sociedade. Assim, a ideologia se estabelecia cada vez mais no campo da cultura e não apenas no da economia.

Se a teoria de Marx nos apresentou a ideologia como falsa consciência ligada à estrutura de classes, o século XX exigiu uma revisão desse conceito. A ascensão do fascismo, as duas guerras mundiais e o avanço de uma cultura de massa sem precedentes levaram pensadores como os da Escola a aprofundar a crítica da ideologia para além do determinismo econômico. Segundo a análise de Leandro Konder, esses teóricos ampliaram o campo de atuação da ideologia, mostrando que ela não se restringe apenas a ideias políticas, mas permeia toda a vida cotidiana, operando por meio da cultura.

O conceito de Indústria Cultural formulado pelos teóricos é o ponto central dessa nova perspectiva. Eles argumentavam que a cultura, que antes era vista como um espaço de emancipação e de pensamento crítico, havia se transformado em

uma mercadoria. O cinema, o rádio e a televisão não seriam apenas meios de entretenimento, mas instrumentos de controle social que promovem a padronização do pensamento e do comportamento. Como explica Konder (2020, p. 91), “Pioneiramente, eles denunciam o funcionamento dos meios de comunicação de massa e a indústria do entretenimento como um sistema que não só assegurou a sobrevivência do capitalismo como continua exercendo função essencial em sua preservação, reprodução e renovação”.

A ideologia, nesse contexto, não é apenas um reflexo da realidade, mas uma força ativa que produz a dominação, cria desejos artificiais, homogeneíza os gostos e oferece uma falsa sensação de liberdade, integrando os indivíduos de forma passiva ao sistema capitalista. Konder (2020, p. 95) afirma que “A ideologia dominante é obrigada a insistir na positividade exatamente porque está empenhada em evitar que, pela negação, as pessoas tomem consciência de quanto o quadro da realidade constituída é negativo.”

Assim, para a Escola de Frankfurt, a ideologia deixa de ser meramente uma “falsa consciência” e se torna uma dominação simbólica que atua diretamente sobre o inconsciente e os sentimentos. A liberdade de escolha do consumidor, por exemplo, é uma ilusão que encobre a ausência de alternativas. O indivíduo é alienado da sua própria capacidade de reflexão ao consumir produtos culturais que reforçam o *status quo* e impedem o surgimento de uma consciência crítica. Essa abordagem, portanto, mostra que a noção de ideologia se sofisticou, tornando-se mais sutil e pervasiva, um passo essencial para a crítica que Habermas faria posteriormente.

Numa nova reformulação do conceito de ideologia, Jürgen Habermas (1929-) um dos mais notáveis filósofos e sociólogos alemães da atualidade, deslocou o foco da economia e da cultura para a esfera da ação comunicativa. Em sua obra, argumenta que a emancipação humana depende da capacidade de diálogo livre e racional, e é nesse contexto que a ideologia se manifesta como uma força destrutiva. Segundo o filósofo, a ideologia é uma distorção da própria linguagem e essa distorção, que considera ser “mais irresistível” do que as antigas formas (Habermas, 1973, p. 55), opera ao minar o potencial inato da linguagem para o entendimento mútuo, causando “profundas destruições na própria esfera da linguagem” (Konder, 2020, p. 144).

Para Habermas, a essência da ideologia reside em sua capacidade de parasitar o processo comunicativo, ou seja, ela insere no discurso afirmações que se apresentam como racionais ou universais, mas que na realidade, servem a interesses particulares e de poder. A ideologia instrumentaliza a comunicação, transformando o diálogo em ação estratégica, na qual o foco se torna a coerção ou manipulação disfarçada. Essa instrumentalização é especialmente eficaz porque, como aponta Konder (2020, p. 141), a ideologia pode funcionar de maneira que pareça “estar implícita na consciência da população despolitizada”, sem precisar ser imposta de cima para baixo.

A superação da ideologia, na visão habermasiana, exige a restauração do potencial da razão e do diálogo. A emancipação não se alcança por meio de uma revolução econômica ou apenas pela denúncia cultural, mas sim pelo desenvolvimento de uma esfera pública robusta e um discurso livre de dominação. Essa abordagem comunicativa abre uma nova via para a teoria crítica, assim, o debate sobre ideologia não se encerra em Habermas, pois o estruturalismo de Louis Althusser ofereceu uma radical alternativa ao reformular a ideologia como um sistema de práticas materiais que constituem os sujeitos sociais.

Após percorrer essas reformulações do conceito de ideologia chega-se à contribuição de Louis Althusser, que desloca o debate para a materialidade das práticas sociais e para o papel das instituições na constituição dos sujeitos.

3.2 Louis Althusser, ideologia e os Aparelhos Ideológicos de Estado (AIE)

Para compreender a trajetória do conceito de ideologia e para situar o presente trabalho, é indispensável analisar a contribuição de Louis Althusser (1918-1990). Filósofo marxista francês que buscou uma renovação radical do pensamento de Marx. Influenciado pelo estruturalismo e pela psicanálise, Althusser se opôs às leituras economicistas e humanistas, propondo uma abordagem que foca na estrutura da sociedade como constituição do sujeito. Sua teoria, que se desenvolveu em um contexto de grandes debates intelectuais na França, buscou reinterpretar o marxismo para enfrentar as novas realidades do capitalismo e os desafios do seu tempo.

Enquanto a visão de falsa consciência de Marx e a abordagem comunicativa de Habermas se concentram na dimensão da consciência ou do discurso, Althusser propõe que a ideologia não é uma mera ilusão e nem uma prática que se estrutura

pelos melhores argumentos. Pelo contrário, ela é uma prática material que constitui os indivíduos como sujeitos sem que estes tenham consciência da sua formação.

O ponto central aqui será a sua teoria dos Aparelhos Ideológicos de Estado (AIE), um conceito inovador que demonstra como a ideologia atua concretamente em instituições como a escola, a família e a mídia para reproduzir as relações sociais de dominação. Para chegar a esse ponto, o capítulo abordará inicialmente a ruptura de Althusser com o marxismo clássico e o mecanismo de interpelação. A teoria do filósofo neste trabalho foi embasada nas obras *Aparelhos Ideológicos de Estados* (2025) e *Sobre a Reprodução* (1999). Esses textos são cruciais para a compreensão do que estamos abordando, pois neles o autor explica os mecanismos de reprodução do sistema capitalista, introduzindo o conceito de Aparelhos Ideológicos de Estado (AIE) e mostrando como a ideologia assegura a manutenção das relações de exploração.

3.2.1 Althusser: de uma nova compreensão do Marxismo Clássico aos Aparelhos Ideológicos de Estado.

A principal ruptura de Althusser com o marxismo clássico reside na sua formulação do conceito de ideologia. Para ele, não se trata de “falsa consciência” nem de mera ilusão que encobre a realidade material. Althusser (2025, p. 95) define ideologia como a representação “da relação imaginária dos indivíduos com suas condições reais de existência”. Assim, a ideologia não é algo que se corrige com conhecimento, ela é vivida, sentida e experimentada pelo sujeito como forma de relação com o mundo.

Ela opera como uma lente que estrutura a maneira como percebemos nossa posição social. A ideologia da meritocracia, por exemplo, não é apenas uma crença falsa, mas a forma pela qual os indivíduos vivenciam o trabalho e interpretam sua trajetória como resultado exclusivo de esforço individual, naturalizando desigualdades e ignorando barreiras estruturais.

Para Althusser, a ideologia é uma estrutura que nos diz quem somos, o que devemos fazer e o que esperar do mundo. Ela oferece coerência, pertencimento e soluções simbólicas para as contradições sociais, permitindo que a sociedade se mantenha unida e que as relações de dominação se reproduzam sem a necessidade de violência constante.

Um ponto chave em Althusser é afirmar que a ideologia possui existência material, ela não paira no ar mas, manifesta-se em práticas concretas e rituais cotidianos, seja na forma de cumprimentar alguém, de se portar em sala de aula ou de obedecer normas institucionais. Como resume o autor (2019, p. 99), “uma ideologia existe sempre em um aparelho e em sua prática ou práticas”.

Nesse contexto, a mídia e a cultura, na visão Althusseriana, materializam a ideologia, garantindo que o controle social e a reprodução das relações capitalistas ocorram não pela imposição direta, mas pelo consentimento, pela padronização e pela interpelação dos indivíduos.

Com essa definição de ideologia como prática material, Althusser pôde, então, formular sua teoria dos Aparelhos Ideológicos de Estado, que explica como a ideologia opera concretamente através das instituições sociais.

3.2.2 A teoria dos Aparelhos Ideológicos de Estado

A principal inovação de Althusser reside em afirmar a materialidade da ideologia: ela não é uma simples ilusão que pode ser abandonada, mas sim uma força que nos constitui. Nós a vivemos e reproduzimos constantemente por meio de nossas ações e comportamentos em instituições sociais. Essa materialidade da ideologia é a chave para a teoria dos Aparelhos Ideológicos de Estado (AIEs), que servem como veículos concretos para a ação e a reprodução ideológica.

Para desenvolver essa teoria, Althusser estabelece uma distinção fundamental entre duas formas de atuação do Estado. A primeira delas é o Aparelho Repressivo de Estado (ARE), que age fundamentalmente pela força e coerção física. Compõem esse aparelho o governo, o exército, a polícia, os tribunais e as prisões, instituições responsáveis por assegurar a ordem social mediante a aplicação direta da lei.

No entanto, Althusser argumenta que, para avançar a teoria, é indispensável levar em conta uma “outra realidade que se manifesta junto ao aparelho (repressivo) de Estado, mas que não se confunde com ele” (Althusser, 2025, p. 73). Essa segunda realidade corresponde aos Aparelhos Ideológicos de Estado (AIEs) que, diferente dos AREs, operam predominantemente pela ideologia. Embora pareçam neutros ou autônomos, sua função é assegurar a reprodução das relações de produção capitalistas por meio da formação de sujeitos adaptados à ordem vigente.

O autor lista, então, uma série de instituições que participam desse processo, mas deixa claro, contudo, que essa numeração era provisória e exemplificativa,visto que a profundidade e a abrangência dos estudos ainda mereciam mais aprofundamento:

O AIE Religioso que engloba “as diferentes igrejas e suas organizações especializadas (ex: de juventude).” (Althusser, 1999, p. 103) Atua difundindo a ideologia de submissão e resignação. Ele não atua pela força física, mas pela fé e pela promessa de salvação. A ideologia religiosa incentiva o conformismo e a aceitação da hierarquias sociais como um desígnio divino;

Para Althusser, o AIE mais poderoso no capitalismo é o Escolar. Inclui “as diferentes escolas, os diferentes graus, do Primário ao Superior, os diferentes institutos e etc.” (Althusser, 1999, p. 103). A escola não apenas transmite conhecimento técnico, mas também ensina disciplina, hierarquia e competição, preparando o indivíduo para aceitar o seu lugar na cadeia de produção. É aqui que a ideologia da meritocracia é ensinada de forma mais sistemática;

O AIE Familiar constitui a primeira instância de formação ideológica e reúne “todas as instituições que dizem respeito à Família” (Althusser, 1999, p. 103). Ela atua como uma AIE fundamental, onde a família é responsável por transmitir os valores e as normas sociais que a ideologia dominante impõe, incluindo os papéis de gênero, expectativas morais e padrões de comportamento;

O Aparelho Ideológico de Estado Jurídico opera de modo singular por atuar tanto como AIE quanto como ARE. Como AIE, atua principalmente por meio da ideologia jurídico-moral da igualdade perante a lei e da justiça universal (Althusser, 1999). Por outro lado, como ARE, o aparelho garante a execução das leis mediante uso de força e coerção para garantir que o interesse da classe dominante seja mantido;

Temos também o AIE Político, composto pelo Parlamento, partidos políticos e demais instituições representativas (Althusser, 1999). Reforça a ideologia democrático-burguesa, convencendo os indivíduos de que possuem voz e poder de escolha, enquanto canaliza a insatisfação para os canais eleitorais, impedindo a subversão da ordem estabelecida;

Apesar de surgir na luta dos trabalhadores, o AIE Sindical, para Althusser, se transforma em um AIE de conciliação e integração (Althusser, 1999). Ele incentiva

uma ideologia de conciliação, atuando para canalizar a luta de classes para formas que não ameaçam a estrutura capitalista;

Central no capitalismo, o AIE de Informação formado pela imprensa, rádio, televisão e demais meios de comunicação (Althusser, 1999), atua difundindo a ideologia através da seleção e do enquadramento das notícias. A mídia cria uma "realidade" favorável à ideologia dominante, controlando a narrativa e a opinião pública;

Por fim, o AIE Cultural que inclui "todos os espetáculos, incluindo o esporte…" (Althusser, 1999, p. 103) difunde a ideologia de forma sutil, por meio das formas de expressão e lazer. O esporte, por exemplo, valoriza o individualismo e a competição, enquanto o cinema pode reforçar narrativas que celebram o sucesso individual, naturalizando a ideologia dominante.

Em suma, a teoria dos Aparelhos Ideológicos de Estado oferece um arcabouço para a compreensão da ideologia, deslocando-a do campo da "falsa consciência" para o das práticas materiais e institucionais. Ao distinguir entre o Aparelho Repressivo (ARE) e os Aparelhos Ideológicos (AIE), Althusser demonstra como a reprodução das relações de produção ocorre através de instituições que produzem sujeitos que se reconhecem e se sujeitam "livremente" à ordem dominante.

Tabela 1 - Síntese dos Aparelhos Ideológicos de Estado segundo Althusser (1999)

Aparelho	**Instituições envolvidas**	**Forma de funcionamento**	**Função ideológica principal**
AIE Religioso	Igrejas e organizações religiosas	Atua pela fé, crença, rituais	Ensinamento da resignação, submissão e aceitação da ordem social
AIE Escolar	Escolas, universidades, institutos	Transmissão de saberes e normas	Formação de sujeitos disciplinados, produtivos e competitivos; reforço da meritocracia
AIE Familiar	Estruturas e normas da vida familiar	Socialização primária	Internalização de valores, papéis sociais, hierarquias de gênero e moral dominante

AIE Jurídico	Sistema Judiciário	Lei e ideologia da igualdade jurídica	Legitimação moral da ordem; naturalização da justiça como neutra
AIE Político	Parlamento, partidos, representações políticas	Representação, eleições	Produção da ilusão de escolha e participação plena na democracia burguesa
AIE Sindical	Sindicatos e associações trabalhistas	Mediação entre trabalhador e Estado	Desmobilização da luta de classes, conciliação com o capital
AIE de Informação	Mídia, jornalismo, TV, rádio, plataformas	Produção e circulação de discursos	Controle da narrativa social; moldagem da opinião pública
AIE Cultural	Cinema, teatro, esportes, artes	Expressão simbólica e estética	Naturalização de valores como individualismo, competição e sucesso pessoal.

Fonte: Elaborado pela autora (2025).

Após compreender como os AIE estruturam materialmente a ideologia, é necessário avançar para o elemento que torna essa estrutura eficaz: o processo de interpelação, por meio do qual os aparelhos constituem sujeitos.

3.2.3 Interpelação

A interpelação é o mecanismo pelo qual a ideologia atua de forma concreta sobre os indivíduos e os constitui como sujeitos. Althusser explica esse processo com a analogia do policial que grita na rua: “Ei, você aí!”. No momento em que a pessoa vira, reconhecendo-se como o alvo da chamada, ela se constitui como sujeito. Segundo Althusser (2025, p. 107), “toda ideologia interpela os indivíduos concretos enquanto sujeitos concretos, através da categoria do sujeito”.

O processo de interpelação envolve dois movimentos articulados: o ato de chamada e o reconhecimento/sujeição.

No primeiro movimento, a ideologia “chama” o indivíduo por meio dos aparelhos que organizam a vida social. Não se trata de uma chamada literal, mas da atribuição de posições e papéis que antecedem até mesmo o nascimento. A família, por exemplo, interpela ao designar o lugar de “filho” ou “pai”. Como explica o autor (Althusser, 2025, p.110): “Antes de nascer, a criança é, portanto, sujeito,

determinada a sê-lo através de e na configuração ideológica familiar específica na qual ela é ‘esperada’ após ter sido concebida.”

O segundo movimento corresponde ao reconhecimento/sujeição. O indivíduo não apenas recebe a chamada: ele se reconhece nela e a internaliza. A partir desse reconhecimento, passa a agir e pensar “livremente” de acordo com as normas, valores e expectativas que lhe foram atribuídas. Esse “livremente” é central na teoria althusseriana, pois traduz a eficácia da ideologia: a sujeição é vivida como liberdade de escolha. Assim, o sujeito “escolhe” estudar, trabalhar, esforçar-se quando, na verdade, reproduz práticas e valores já definidos pela ideologia dominante.

Como sintetiza Althusser (2025, p. 116), “[...] o indivíduo é interpelado como sujeito (livre) para que se submeta livremente às ordens do sujeito, para que aceite (livremente) sua sujeição, e, portanto, para que ele ‘realize por si mesmo’ os gestos e atos de sua sujeição. Os sujeitos se constituem pela sua sujeição”. Portanto, a interpelação é o ato concreto pelo qual a ideologia se materializa na vida dos indivíduos, ela atribui um papel social que o indivíduo abraça voluntariamente, sem perceber que é isso que o mantém em um lugar de subordinação.

Essa compreensão da ideologia como prática material, operando por meios dos AIE e realizando-se pela interpelação, fornece o arcabouço analítico necessário para investigar se as bibliotecas são representadas na literatura de Ciência da Informação brasileira como aparelhos de reprodução ideológica ou como espaço de resistência.

4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Esta seção descreve os caminhos metodológicos adotados para o desenvolvimento desta pesquisa, especificando sua natureza, abordagem, finalidade e os procedimentos utilizados e, também, são detalhadas as técnicas aplicadas na coleta e na análise dos dados.

4.1 Tipo de pesquisa

Esta pesquisa é caracterizada de natureza aplicada, uma vez que a meta é gerar conhecimento diretamente voltado para a aplicabilidade prática ao analisar a relação entre os tipos de biblioteca, o conceito de ideologia e os Aparelhos Ideológicos de Estado. Conforme Marconi e Lakatos (2003), a pesquisa aplicada visa a solução de problemas concretos e o atendimento a necessidades específicas, neste caso, a necessidade de compreensão do papel social da biblioteca. Quanto à abordagem, o estudo é qualitativo. Essa escolha se justifica pela ênfase na interpretação e no aprofundamento dos significados e das relações conceituais presentes nos artigos científicos. Em outras palavras, a pesquisa busca uma descrição detalhada e profunda do conhecimento produzido na área, indo além da simples contagem e quantificação (Ludke; André, 2012). O foco reside na riqueza dos dados e na complexidade do objeto de estudo (Minayo, 2014), que é a análise crítica da biblioteca sob a ótica da ideologia.

4.2 Coleta e tratamento de dados

A coleta de dados foi realizada por meio de pesquisa bibliográfica com foco em artigos científicos publicados em revistas brasileiras de Ciência da Informação no Brasil. Os artigos científicos atuam como formalizadores da comunicação científica (Meadows, 1999) trazendo rigor e qualidade à discussão, uma vez que nos garantem um certo nível de aprofundamento teórico e validam as discussões propostas por esta pesquisa, além do mais, sendo esses artigos nacionais, trazem a representatividade do debate nacional às informações levantadas aqui neste trabalho.

A Base de Dados da Ciência da Informação (Brapci), foi a base de referência para a pesquisa e foi adotada como fonte principal para a coleta de dados por se

tratar de uma base especializada na área da Ciência da Informação, reunindo publicações científicas de periódicos brasileiros no campo da CI.

A Brapci coleta, preserva e oferece acesso a uma vasta gama de publicações científicas, brasileiras e latino-americanas, como artigos de periódicos, livros e trabalhos de eventos. Desse modo, funciona como um recurso essencial para pesquisadores e estudantes, facilitando o acesso ao conhecimento especializado e servindo como laboratório para inovação na organização e recuperação da informação (Brapci, 2010).

Sua abrangência temática e recorte disciplinar tornam-na particularmente adequada à identificação de trabalhos que discutem as bibliotecas nos mais diversos contextos sociais, o que corroborou com os objetivos desta pesquisa. Além disso, a Brapci permite buscas refinadas por autor, palavras-chave, periódico e ano de publicação, o que favorece a sistematização do levantamento bibliográfico que será explicado em seguida.

No caso desta pesquisa, não houve recorte temporal delimitado, visando uma amplitude dos trabalhos da Ciência da Informação Brasileira, observando que, na Brapci as publicações datam a partir de 1960. Além disso, para a seleção do *corpus*, outros requisitos foram utilizados como: as palavras-chave “tipologia”, “ideologia”, “biblioteca”, “Estado”, “Aparelhos Ideológicos de Estado” e “Althusser”, o operador booleano “*AND*”, que exibe resultados que correspondem ao uso de termos combinados e a delimitação de busca em revistas brasileiras de Ciência da Informação.

A pesquisa foi realizada no dia 07 de novembro de 2025 e, a seguir, apresentamos o quadro com as estratégias de busca e os resultados encontrados:

Quadro 1 - Estratégias de busca e resultados.

	Estratégia de busca	Justificativa	Pretensão	Registros recuperados
1	ideologia AND biblioteca	Vincula diretamente o objeto do estudo (biblioteca) ao conceito central (ideologia).	Investigar quantos trabalhos discutem a dimensão ideológica na atuação das bibliotecas	12
2	biblioteca AND aparelhos ideológicos de estado	Testar se a teoria althusseriana já aparece	Verificar se existe produção que reconheça as	0

		explicitamente na literatura da área.	bibliotecas como AIE.	
3	aparelhos ideológicos de estado	Checar a circulação geral do conceito no campo da CI.	Identificar trabalhos que utilizam o conceito de AIE, ainda que sem mencionar bibliotecas.	1
4	tipologia AND bibliotecas	Dialoga com o objetivo de analisar as tipologias do CFB presentes no discurso.	Localizar textos que discutem as classificações institucionais das bibliotecas.	45
5	Althusser	Autor central da teoria usada.	Verificar a presença do autor na CI brasileira.	3
6	Estado AND ideologia	Relaciona o papel do Estado às práticas ideológicas, chave na discussão sobre AIE.	Observar como o campo trata ideologia em políticas públicas e instituições estatais.	17

Fonte: Elaborado pela autora (2025).

Vale ressaltar que, embora a pesquisa dialogue com diferentes tipologias de bibliotecas, tais como públicas, universitárias, comunitárias e escolares, optou-se por não utilizar termos que especificassem diretamente essas categorias nas estratégias de busca, como “biblioteca pública AND ideologia” ou “biblioteca escolar AND ideologia”. Essa decisão metodológica, fundamenta-se no objetivo central do estudo, que visa compreender como a literatura aborda a relação entre biblioteca e ideologia de modo amplo, sem restringir previamente o tipo institucional.

A inclusão de descritores tipológicos poderia produzir um *corpus* fragmentado, condicionado pela frequência desigual com que cada tipologia aparece nomeada nos artigos científicos, além de excluir estudos que discutem ideologia na biblioteca de forma implícita ou transversal, sem especificar o tipo de instituição. Essa escolha poderia resultar em vieses na representatividade do *corpus* e desviar o foco da pesquisa, que não busca mapear a produção por tipologias, mas analisar como a biblioteca, enquanto instituição social, é compreendida no interior das discussões sobre ideologia e Aparelhos Ideológicos de Estado.

Dessa forma, as tipologias são tratadas na etapa analítica, emergindo dos próprios artigos selecionados, e não como critério de seleção inicial. Essa opção

garante maior coerência com os objetivos propostos e permite observar como as diferentes representações de biblioteca aparecem organicamente na literatura.

Algumas análises e entendimentos sobre o que o trabalho propõe, a partir dos dados coletados, serão exibidas a seguir.

4.3 Análise de dados

Embora não utilizemos uma metodologia explicitamente normatizada na literatura[1], propomos que nossa análise compreenda processos de pré-análise, exploração do material e a análise propriamente dita. A pré-análise compreende, após as buscas realizadas, um passo na compreensão das relações estabelecidas entre os termos buscados e o quantitativo que deles resultou. Conseguimos, então, compreender a quantidade baixa de trabalhos dispostos em nosso *corpus* e, assim, seguir para a segunda etapa, ou seja, a exploração do material.

Com essa pré-análise dos dados coletados, é possível perceber que:

1. Os 12 registros recuperados para *ideologia AND biblioteca* sinalizam, como esperado, que a literatura sobre ideologia não é central no campo da Biblioteconomia, principalmente no que se refere ao elemento central “biblioteca”, não havendo um número razoável de trabalhos que vinculam práticas, estruturas ou discursos em bibliotecas à dimensão da temática ideologia. Isso pode sugerir que parte da produção acadêmica em Biblioteconomia e Ciência da Informação reconhece que bibliotecas são instituições neutras, desconsiderando que suas operações estão situadas em regimes que selecionam, organizam e legitimam determinados saberes. Essa baixa incidência mostra que a ideologia, enquanto mediação entre sujeitos e estruturas, não aparece tematizada nas discussões sobre bibliotecas como algo que influencia políticas de informação, critérios de seleção e representações, por exemplo;
2. O cruzamento dos termos *biblioteca AND aparelhos ideológicos de estado* resultou em zero registros, parecendo um dado significativo, pois revela que, embora existam reflexões sobre ideologia e biblioteca, a aproximação direta

[1] Nossa metodologia, embora não explicitada dessa forma, compreende as categorias macro propostas por Laurence Bardin (2016) quando trabalhou sua Análise de Conteúdo (AC). Assim, selecionamos e analisamos os trabalhos em questão a partir da pré-análise, exploração do material e análise dos resultados, buscando, na AC os elementos que julgamos pertinentes à consecução do trabalho, sem desviar o foco para partículas que não colaboraram para atingir os objetivos.

com os AIE de Althusser ainda não foi incorporada de modo explícito na produção acadêmica brasileira;

3. A busca *aparelhos ideológicos de estado* mostra 1 registro, com isso, compreendemos, em conjunto com o que foi mostrado no item 2, uma baixa circulação do vocabulário althusseriano e um conceito pouco usado, em sua formulação original, dentro da Biblioteconomia e Ciência da Informação;
4. A busca por *tipologia AND bibliotecas* resultou em 45 registros, destacando na literatura do campo seu interesse por modelos, classificações e organização dos diferentes tipos de bibliotecas. Isso pode demonstrar que a área se estrutura sobre nomenclaturas e distinções institucionais, o que faz parte de seu caráter aplicado e possível baixa incidência ao questionamento teórico;
5. *Althusser*, com apenas 3 registros, aparece pouco na discussão teórica do campo, entendemos, então, que a base marxista althusseriana é pouco abordada na área da Ciência da Informação, portanto, essa ainda é uma discussão muito escassa na área;
6. Os 17 registros para *Estado AND ideologia* podem demonstrar a existência de trabalhos que discutem o papel do Estado na produção e circulação de ideologias, não necessariamente abordando as questões relacionadas às bibliotecas.

Após apresentarmos o que compreendeu a pré-análise, passamos à fase da exploração do material que compõe nosso *corpus.* Assim sendo, a exploração do material levou em consideração o que foi realizado na pré-análise, com as possibilidades e indagações que foram feitas, partindo para uma construção que possa levar à análise final proposta.

Compreendemos ser importante, antes de adentrar na exploração do material que constitui o *corpus* selecionado, destacar os elementos que não foram selecionados. Isso funciona, além da justificativa da não exploração, como uma explicação sobre as decisões que não são um simples descarte, mas de uma avaliação metodológica baseada na coerência entre os objetivos da pesquisa e o tipo de material que cada categoria efetivamente oferece.

A expressão de busca “biblioteca AND aparelhos ideológicos de Estado”, com total de zero registros, faz notar que a não recuperação de trabalho que envolvam esses termos é teoricamente significativa, sugerindo que a perspectiva althusseriana

é subexplorada no campo, deixando de lado teorias que podem colaborar para compreensão de aspectos sociais, políticos e históricos, indicando possíveis silenciamentos ou temas ainda não problematizados.

A busca “Estado AND ideologia”, que recuperou 17 registros, indica que há produção na área voltada à relação entre Estado e processos ideológicos. Esse resultado sugere que a literatura da Ciência da Informação reconhece, ainda que de forma não necessariamente sistemática, a importância de discutir como instituições públicas e educativas se articulam com a reprodução ideológica.

A expressão “Althusser”, que retornou 3 registros, deve ser analisada com cautela, pois aponta para uma presença pontual e limitada do autor na literatura da área. Embora revele que sua obra é mobilizada em alguns estudos, o número reduzido de ocorrências sinaliza que o referencial althusseriano é utilizado de forma tímida, o que contribui para a existência de lacunas interpretativas no campo.

A partir da demonstração de por que determinados registros não foram incorporados à análise, compreendemos que sua manutenção no *corpus* poderia comprometer a coerência interpretativa da pesquisa, introduzindo elementos desconectados dos objetivos propostos e diluindo a força explicativa das categorias centrais adotadas no estudo.

A exploração do material consistiu na leitura atenta dos títulos, resumos e palavras-chave de todos os registros recuperados, com o objetivo de obter uma noção inicial do conteúdo e selecionar os trabalhos que demonstraram pertinência à pesquisa. A exploração deste material possibilitou ter uma noção inicial do conteúdo recuperado através das buscas, dessa forma, chegamos ao número de 13 trabalhos selecionados resultantes das estratégias, *“ideologia AND biblioteca”* e *“aparelhos ideológicos de estado”*, uma vez que, dentro da temática deste trabalho esses seriam os resultados mais pertinentes à discussão levantada, sendo assim:

1. *ideologia AND biblioteca* (12 registros): Traz pertinência direta ao objeto do trabalho, conectando diretamente o conceito de ideologia à instituição biblioteca, permitindo identificar como a literatura percebe a biblioteca em diálogo com a temática e possíveis lacunas existentes no debate sobre neutralidade, seleção, classificação, mediação etc.
2. *aparelhos ideológicos de Estado* (1 registro): Marco conceitual indispensável porque indica que o conceito central de Althusser aparece minimamente na literatura que permeia a pesquisa, sugerindo baixa incorporação explícita da

teoria althusseriana e possibilidade de exploração de como a biblioteca pode ser compreendida como AIE.

Dos 13 artigos inicialmente selecionados, apenas 12 puderam compor o *corpus* final da pesquisa. Um dos registros recuperados encontrava-se indisponível para acesso, tanto na Brapci quanto em outras fontes digitais consultadas. Após tentativa de localização em mecanismos de busca, repositórios institucionais e sites de periódicos, verificou-se que o texto não está disponível em formato digital e não pôde ser recuperado por vias alternativas. Assim, por não ser possível acessar o conteúdo integral do artigo, optou-se pela exclusão do registro, uma vez que a impossibilidade de leitura inviabiliza seu tratamento adequado e poderia comprometer a consistência do *corpus,* dessa forma, o conjunto final da pesquisa foi constituído por 12 artigos efetivamente acessíveis e analisáveis.

O *corpus* final, restrito a 12 artigos, foi submetido a um tratamento de análise qualitativa. Cada trabalho foi lido integralmente, de forma atenta, com objetivo de identificar os temas recorrentes, conceitos, teorias e posicionamentos que dialogassem com a temática da pesquisa. A leitura foi acompanhada de grifos e anotações, destacando trechos relevantes, ideias e conceitos com potencial para integrar as análises. Como forma de organização e sistematização, foi elaborado um documento paralelo contendo trechos selecionados e observações das leituras para uma melhor interpretação e aprofundamento dos resultados, indo além da quantificação e privilegiando uma interpretação crítica do conteúdo textual.

Dessa forma, nesta terceira e última etapa, o foco foi a análise dos resultados, compreendida como a aplicação de uma interpretação e uma crítica aos textos selecionados orientada por temáticas definidas a partir do referencial teórico e dos objetivos da pesquisa.

A seguir (Quadro 2), apresentamos o desenho da pesquisa:

Quadro 2 - Desenho da pesquisa.

Etapa	Descrição
1. Definição do objeto e do problema	Escolha do tema relacionado à representação das bibliotecas e à ideologia; formulação do problema e objetivos geral e específicos.
2. Fundamentação teórica	Revisão de literatura sobre ideologia, Aparelhos Ideológicos de Estado (AIE), biblioteca como instituição social e tipologias do

	CFB.
3. Delimitação metodológica	Definição da pesquisa como aplicada, qualitativa e bibliográfica; escolha da Brapci como base de dados.
4. Estratégias de busca	Seleção dos descritores; aplicação das buscas na Brapci; identificação inicial dos artigos.
5. Seleção do *corpus*	Leitura exploratória; aplicação dos critérios de inclusão; composição final de 12 artigos.
6. Organização do material	Leitura sistemática; fichamento; categorização dos conteúdos segundo os objetivos.
7. Análise de dados	Interpretação dos artigos a partir dos conceitos AIE, ideologia e tipologias de bibliotecas.
8. Síntese e discussão dos resultados	Integração dos achados; identificação de padrões; resposta ao problema de pesquisa.
9. Elaboração das considerações finais	Retomada dos objetivos; avaliação dos resultados; identificação de contribuições e limitações.

Fonte: Elaborado pela autora (2025).

Abaixo (Tabela 2) exibimos os 12 artigos que compõem o *corpus* final de análise:

Tabela 2 - Referências dos artigos que compõem o *corpus* de análise.

	Referência	Título	Ano	Periódico
1	MACEDO, Iara Ferreira de.	A ideologia na Biblioteconomia: uma reflexão.	1986	Revista da Escola de Bibliotecono mia da UFMG
2	BRETTAS, Aline Pinheiro.	A biblioteca pública: um papel determinado e determinante na sociedade.	2010	Biblos
3	FLUSSER, Victor.	A biblioteca como um instrumento de ação cultural.	1983	Revista da Escola de Bibliotecono mia da UFMG
4	CARVALHO, Livia Marques.	Biblioteca: instituição preservadora da cultura dominante?	1991	Informação & Sociedade

5	SOUZA, Willian Eduardo Righini de.	Em nome da moral e dos bons costumes: censura a livros com temática de gênero no Brasil do século XXI.	2018	Em Questão
6	SILVA, Jonathas Luiz Carvalho; SILVA, Roosewelt Lins.	Biblioteca, luta de classes e o posicionamento da Biblioteconomia brasileira: algumas considerações.	2010	Em Questão
7	ALMEIDA, Ludmila; BASTOS, Gustavo Grandini; ROMÃO, Lucília Maria de Sousa.	“Zerar o número de municípios brasileiros sem biblioteca”: análise do discurso do Presidente Lula.	2008	Encontros Bibli
8	MARQUES, Luciana Bergamo; KARPIŃSKI, Cezar.	Os esqueletos indígenas de Santa Catarina: patrimônio bibliográfico, discurso e mediação.	2024	Perspectivas em Ciência da Informação
9	ARAUJO, Andre Vieira de Freitas; ARAÚJO, Diná Marques Pereira.	Fundamentos da Biblioteconomia Moderna em Gabriel Naudé: notas transversais pela lente e episteme da Bibliografia e da Bibliofilia.	2018	RBBd
10	SOUSA, Raquel Juliana Prado Leite de.	Políticas de Bibliotecas Públicas e o Instituto Nacional do Livro: análise exploratória à luz da História e Teoria da Educação Brasileira.	2018	RBBd
11	CORRÊA, Éverton Rogério da Silva; NECKEL, Nádia Régia Maffi.	A voz da resistência nas canções nativistas: as fronteiras do racismo.	2021	Policromias
12	ESTRADA CUZCANO, Alonso.	La biblioteca pública: institución democrática al servicio de los ciudadanos.	2002	Informação & Sociedade: Estudos

Fonte: Elaborado pela autora (2025).

A análise do artigo 1 *“A ideologia na biblioteconomia: uma reflexão”,* de Macedo (1986), estabelece um debate crucial para a Biblioteconomia contemporânea: a tensão entre ideologia e função social. O texto reconhece que “falar sobre ideologia e biblioteconomia é uma alta pretensão, mas que é feito na intenção de avaliar até que ponto a Biblioteconomia encobre ou não alguma

ideologia” (Macedo, 1986, p. 210). Essa discussão é importante para desmistificar a percepção de neutralidade, visto que a missão da biblioteconomia de acordo com o autor é “delicada e provisória, devido ao caráter da biblioteca como um regime de mútua e constante interação com o ambiente e pela ligação ideológica de toda instituição com àqueles que a organizam, que criam e emprestam à ela sua personalidade” (Macedo, 1986, p. 214).

A Biblioteconomia, como ciência, deve se orientar para ser um “elemento socializador e integrador a serviço da comunidade” (Macedo, 1986, p. 211). A biblioteca, enquanto instituição social, deve “refletir a sociedade da qual faz parte, evoluindo de acordo com o seu progresso e as suas necessidades” (Macedo, 1986, p. 214)

Diante do contexto de profunda desigualdade, o artigo aponta para a necessidade urgente de uma mudança de paradigma na atuação. É imperativo que:

> A biblioteca precisa perder a sua imagem de instituição que está a serviço somente das classes dominantes, de mudar sua postura estática de espera do usuário e ir até eles, especialmente dos despreparados e impossibilitados, mostrando-lhes a riqueza e o prazer da leitura, preparando-lhes para atuar como força transformadora da realidade que lhe é imposta (Macedo, 1986, p. 215).

Para sustentar esse papel transformador e garantir sua relevância, o bibliotecário também assume uma função política ao ser responsável por alertar as autoridades para a importância da biblioteca, consolidando-a não apenas como guardiã de livros, mas como um agente ativo da mudança social.

O artigo 2 *“A biblioteca pública: um papel determinado e determinante na sociedade”,* de Brettas (2010), apresenta uma nova concepção da biblioteca pública, definindo-a como uma instituição integrada à sociedade que inserida em um contexto político e cultural, pode sofrer influências no momento de organizar e difundir seu acervo. Contudo, essa influência não é unidirecional: a biblioteca, através dos serviços e do acervo, "pode também promover mudança das mentalidades de seu público usuário" (Brettas, 2010, p. 102). O cerne da questão reside no potencial do acervo, que "pode, ou não, através do acervo de conhecimento que contém, legitimar uma ordem social e política vigente" (Brettas, 2010, p. 107). Desse modo, a trajetória da biblioteca pública está intrinsecamente ligada ao processo sociocultural, onde ela ora contribui para a manutenção de

fatores existentes, ora "pode provocar rupturas naquele processo" (Brettas, 2010, p. 109).

Essa dualidade se manifesta historicamente, onde as bibliotecas públicas foram por vezes instrumentos de manutenção do poder, servindo a interesses políticos, mas em outros momentos, "escaparam e ganharam densidade no mundo social, tornando-se recursos para inverter a ordem dominante" (Brettas, 2010, p. 114). A chave para essa inversão reside na autonomia do leitor e na natureza multifacetada do livro, onde o leitor tem a capacidade de ir além das regras institucionais e encontrando nos livros a sustentação teórica necessária para modificar a ordem social. A organização do acervo e as práticas de leitura, embora reflitam a instituição, capacitam os usuários a reelaborar o saber e expor sua "reflexão e a compreensão de mundo" (Brettas, 2010, p. 117).

Portanto, as influências ideológicas que a instituição recebe atingem seus usuários, podendo levá-los a manter-se ao lado da ordem dominante ou contra ela, como afirma o autor a seguir:

> [...] a biblioteca pública sofre influências ideológicas que atingem também os seus usuários, cujas maneiras de compreender a sociedade e suas leis são controladas. Dessa forma, os usuários podem manter-se favoráveis à ordem social e política dominante e acatar suas imposições; ou então, tornam-se contrários a essa ordem e, apoiando-se nas leituras realizadas, buscam a sustentação teórica necessária para modificá-la (Brettas, 2010, p. 117).

A importância desse texto se dá ao reconhecer a dualidade da biblioteca pública, rejeitando a neutralidade e contribuindo diretamente para a discussão proposta por essa pesquisa, ao situar a biblioteca no centro do debate ideológico.

O artigo 3 *“A biblioteca como instrumento de ação cultural”*, de Flusser (1983), desenvolve reflexões significativas sobre cultura, democratização da cultura e o papel do “animador cultural”. No entanto, por adotar um enfoque voltado prioritariamente à ação cultural, o texto não estabelece conexões diretas com a discussão sobre biblioteca, ideologia ou AIE, contribuindo de forma mais indireta para os objetivos deste trabalho.

O artigo 4 *“Biblioteca: instituição preservadora da cultura dominante?”*, de Carvalho (1991), inicia o debate com a premissa de que a biblioteca, por ser uma instituição atrelada ao Estado, tende a ser reprodutora e legitimadora da ideologia dominante. Para contrapor-se a essa função, o texto deposita a responsabilidade no bibliotecário, que deve adotar uma postura lúcida e crítica em sua prática. Isso

implica o reconhecimento e a decodificação da "dominação invisível nas 'entrelinhas' dos discursos" (Carvalho, 1991, p. 28), e deve “também conservar uma postura crítica diante do que se chama "cultura popular”, para não fomentar uma aura de romantismo que se cria em torno da “cultura do povo”” (Carvalho, 1991, p. 28). O profissional é, portanto, visto como um agente que deve estimular o usuário a descobrir suas verdadeiras necessidades, promovendo a recepção de novas criações.

Apesar de, através do texto, a biblioteca ter a vantagem de sofrer "menos ação direta das censuras institucionais" (Carvalho, 1991, p. 28) em comparação a outras mídias, a biblioteca tradicional enfrenta um grande desafio de acesso. O texto aponta que os registros são "por si mesmos excludentes" (Carvalho, 1991, p. 28), uma vez que o campo de ação da maioria de seus serviços "fica restrito aos que sabem ler" (Carvalho, 1991, p. 28). Embora os recursos audiovisuais possam oferecer uma alternativa para atrair o usuário não leitor, eles acabam incorrendo em uma limitação similar: sua seleção e filtragem dependem de um "expert", o bibliotecário, que pode, consciente ou inconscientemente, reproduzir a dominação ao decidir o que fica disponível ao público.

No artigo 5, *“Em nome da moral e dos bons costumes: censura a livros com temática de gênero no Brasil do século XXI”,* de Souza (2018), apesar de tratar questões específicas de gênero e censura nas bibliotecas, trouxe um ponto relevante para a nossa discussão, as políticas de desenvolvimento de coleções nas bibliotecas públicas. Nesse caso, o texto pontua que o acervo, muitas vezes, depende de recursos financeiros estatais, com isso, as compras de livros não incluem obras censuradas, como corrobora o trecho a seguir:

> Ao mesmo tempo, a maioria das bibliotecas é pública e depende de doações e compras do governo. Muitas delas sequer possuem recursos financeiros e autonomia para desenvolver uma política de desenvolvimento de coleções. Livros novos chegam a partir de distribuição governamental, que, obviamente, não inclui autores e títulos censurados (Souza, 2018, p. 288).

O ponto levantado pelo texto é bastante importante porque demonstra como a dependência financeira da biblioteca pública perante o Estado a torna um aparelho vulnerável, especificamente em relação a temas sensíveis, como a temática de gênero, por exemplo. A restrição de compras e a distribuição governamental de acervo operam como um mecanismo que garante que as políticas de

desenvolvimento de coleções, muitas vezes, não representem a diversidade dos usuários e nem questionem a ordem moral vigente.

O artigo 6 *“Biblioteca, luta de classes e o posicionamento da biblioteconomia brasileira: algumas considerações”*, de Silva e Silva (2010), coloca a biblioteca como um instrumento de grande valor teórico-prático cuja eficácia social depende de sua identificação na essência, tanto em seu caráter funcional quanto institucional. A relevância do debate perpassa, fundamentalmente, a noção de "compreender a quem e como esta instituição está servindo e que reprodução de informações está situando no seio da sociedade" (Silva; Silva, 2010, p. 208). Nesse sentido, ao adotar a concepção de que "o Estado funciona como aparelho ideológico" (Silva; Silva, 2010, p. 207), o Estado imprime suas políticas de ação nas bibliotecas por meio de programas integrados nos níveis federal, estadual e municipal.

No artigo 7, *“Zerar o número de municípios brasileiros sem bibliotecas - análise do discurso do presidente Lula”*, de Almeida, Bastos e Romão (2008), ao utilizar a Análise do Discurso, oferece uma reflexão sobre a materialização da ideologia nas políticas públicas. O texto traz uma importante visão sobre a voz de uma autoridade de poder onde "o dizer de um presidente inscreve-se como um saber legitimado pelo poder, no caso, o de maior mandatário do país” (Almeida; Bastos; Romão, 2008, p.5). Assim, o texto considera que, “o lugar de presidente funciona discursivamente como uma posição de mediação dos saberes e poderes, já que, pelo efeito ideológico de evidência, este sujeito estaria imbuído de comandar o país, tomando decisões práticas e instalando políticas e diretrizes” (Almeida; Bastos; Romão, 2008, p. 6). Ponto importante que, com a leitura do texto, nos apresenta uma forma de compreender como o poder age através de uma ideologia dominante.

O artigo 8, *“Os esqueletos indígenas de Santa Catarina: patrimônio bibliográfico, discurso e mediação”*, de Marques e Karpinski (2024), apresenta considerações sobre patrimônio, obras raras e a cultura indígena, utilizando dessas temáticas para abordar como a biblioteca pode atuar como um veículo ideológico. Isso se dá por meio da Análise do Discurso (AD) como ferramenta para compreender como a ideologia pode atuar no acervo. Assim, o texto busca transformar o patrimônio de um veículo de dominação em um instrumento de reparação social, pois conclui-se que a AD "possibilita uma mediação perspicaz e progressista, sendo um primeiro passo para que os curadores contribuam com a

política de reparação de injustiças sociais e para a negociação de novas representações a partir dessas fontes" (Marques; Karpinski, 2024, p. 4).

No artigo 9, *“Fundamentos da biblioteconomia moderna em Gabriel Naudé: notas transversais pela lente episteme da bibliografia e da bibliofilia”*, de Araujo e Araújo (2018), analisa a formação de bibliotecas patrimoniais no contexto moderno, como foco na Bibliofilia e na constituição de coleções como marcadores culturais e de *status* social. Embora seja parte do levantamento inicial, este artigo não compõe a análise deste estudo, pois trata da formação de bibliotecas patrimoniais e bibliófilas sob perspectiva histórica e cultural, sem discutir mediações ideológicas ou relações com Aparatos Ideológicos de Estado.

O artigo 10, *“Políticas de bibliotecas públicas e o instituto nacional do livro: análise exploratória à luz da história e teoria da educação brasileira”,* de Sousa (2018), entra na discussão sobre a influência do Estado nas bibliotecas, focando nas políticas das bibliotecas públicas e nas políticas educacionais, onde levanta um grande apanhado histórico sobre o desenvolvimento dessas políticas. O texto argumenta que, dada uma determinada realidade sociopolítica, “não se pode esperar que bibliotecas e instituições de ensino sigam por caminhos muito diferentes” (Sousa, 2018, p. 144).

Essa aproximação de caminhos é justificada por fatores históricos e estruturais:

> [...] há relações mais estreitas entre educação e Biblioteconomia, especialmente por dois fatores intrinsecamente ligados: no Brasil, a BP esteve vinculada ao Ministério da Educação em determinadas épocas, além disso, as políticas educacionais e as políticas para bibliotecas em âmbito federal são influenciadas pela mesma visão da coisa pública, são engendradas pelos auspícios dos mesmos ideais de Estado (Sousa, 2018, p. 145).

O texto estabelece, portanto, que a trajetória e o desenvolvimento das políticas de bibliotecas públicas no Brasil não podem ser dissociados das políticas educacionais, essa vinculação histórica e estrutural demonstra que as diretrizes que regem as bibliotecas são concebidas sob uma mesma visão que influencia a educação, o que coloca a biblioteca em um lugar de refletora e reprodutora dos interesses de um poder central.

No artigo 11, *“A voz da resistência nas canções nativistas: as fronteiras do racismo”*, de Corrêa e Neckel (2021), que foi encontrado na base de dados através

da pesquisa “Althusser”, era esperado que fosse citado algo relacionado ao autor, porém, não houve nenhuma citação direta à ele.

Por fim, o artigo 12 *“La biblioteca pública: institución democrática al servicio de los ciudadanos”*, de Estrada Cuzcano (2002), apresenta uma defesa normativa da biblioteca como espaço democrático, com foco no acesso universal à informação, inclusão social e serviços gratuitos fundamentados em documentos internacionais e manifestos da UNESCO. Embora o texto utilize o termo “ideologia”, este aparece apenas no sentido de apontar que a biblioteca não discrimina por idade, crença, raça ou posição ideológica e não como discussão teórica sobre produção ideológica, não dialogando com a análise deste trabalho.

Diante desse panorama, a análise individual dos artigos torna evidente não apenas como cada autoria compreende a relação entre biblioteca, Estado e ideologia, mas também revela padrões que se repetem, tensões que se acentuam e lacunas que se tornam visíveis ao longo do *corpus*. Esses elementos, quando reunidos, permitem observar movimentos mais amplos na literatura da área e apontam elementos estruturais na forma como a biblioteca é representada na Ciência da Informação Brasileira, ainda que de forma tímida pelo quantitativo levantado. Assim, ao sintetizar esses achados, torna-se possível avançar para uma discussão mais aprofundada sobre seus significados, implicações e aproximações com o referencial teórico. É esse movimento que orienta a próxima seção.

5 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A análise dos 12 artigos selecionados permitiu identificar padrões, recorrências e ausências importantes sobre a relação entre biblioteca e ideologia na literatura brasileira de Ciência da Informação. Nesta seção, articulam-se esses achados aos objetivos da pesquisa e ao referencial teórico, especialmente às discussões sobre tipologia de bibliotecas, aparelhos ideológicos de Estado (AIE) e à função social da biblioteca.

As buscas realizadas na Brapci demonstram que “tipologia AND bibliotecas” resultou em 45 registros, indicando que a área da CI dedica atenção significativa às classificações e aos modelos de bibliotecas. No entanto, quando se trata da articulação entre tipologia e ideologia, apenas os tipos ligados diretamente ao Estado, principalmente a biblioteca pública, aparecem de forma mais consistente nos 12 artigos analisados, como trabalhos que discutem a biblioteca pública como espaço de disputa simbólica, política e cultural (Brettas, 2010; Silva & Silva, 2010; Souza, 2018; Sousa, 2018) e é compreendida como uma instituição marcada por forte vinculação às políticas estatais, seja por sua origem, seus mecanismos de financiamento ou pela função educativa e cultural que lhe é historicamente atribuída. Nesse sentido, ela surge como a tipologia mais atravessada por tensões ideológicas porque atua diretamente no campo de mediação entre Estado e sociedade.

Outras tipologias, como bibliotecas escolares, universitárias ou especializadas, não aparecem no *corpus* analisado, o que aponta que a literatura brasileira de CI tem privilegiado a discussão da ideologia na tipologia mais associada ao poder público e à esfera social mais ampla. Portanto, entende-se que foi importante estabelecer a discussão sobre tipologias de bibliotecas, pois os resultados sugerem que é na biblioteca pública que a dimensão ideológica se manifesta de forma mais explícita e recorrente, revelando a necessidade de articulação das tipologias restantes às questões sobre ideologia e AIE.

Dessa maneira, ainda sobre as tipologias, foi constatado que as definições presentes na literatura analisada do referencial não são mobilizadas a partir de uma perspectiva ideológica. Embora as bibliotecas públicas apareçam como espaço diretamente vinculadas ao Estado e, portanto, suscetíveis à leitura enquanto

Aparelhos Ideológicos de Estado, outras tipologias, como as bibliotecas universitárias, escolares e especializadas são descritas a partir de suas funções técnicas e operacionais, sem problematização sobre sua relação com a reprodução de valores, políticas de poder ou disputas simbólicas. Assim, a literatura tende a enquadrar essas tipologias como instituições sociais funcionais, mas não como estruturas ideológicas, evidenciando uma concepção de neutralidade institucional ainda predominante no campo.

Outro ponto relevante para a discussão diz respeito aos Aparelhos Ideológicos de Estado (AIE) que, com apenas um registro recuperado, demonstra que a teoria althusseriana ainda é pouco explorada no campo da CI. Entretanto, mesmo que a terminologia não seja empregada de maneira direta, os artigos recuperados revelam algumas práticas, discursos e políticas que se alinham ao funcionamento dos AIE.

Silva e Silva (2010) afirmam que o Estado imprime suas políticas de ação nas bibliotecas por meio de programas e diretrizes, o que aproxima a biblioteca pública dos mecanismos de reprodução ideológica do Estado discutidos por Althusser. Outros autores, como Brettas (2010) e Sousa (2018), mostram que o acervo, os serviços e as políticas de informação podem funcionar como instrumentos de manutenção da ordem social, seja pela definição do que deve ser preservado, difundido ou censurado. Embora a categoria dos Aparelhos Ideológicos de Estado (AIE) apareça de modo tímido, o conjunto dos artigos permite inferir que a biblioteca, principalmente a pública, desempenha funções que se aproximam do conceito althusseriano ao agir na formação de valores, na legitimação do saber e na mediação entre Estado e sociedade.

Sobre a neutralidade, os textos de Macedo (1986) e Brettas (2010) revelam que a biblioteca não pode ser compreendida como neutra. Para Macedo, a biblioteca carrega a “personalidade” de seus organizadores e dos grupos que a mantém, enquanto Brettas demonstra que o acervo pode tanto legitimar quanto desafiar a ordem dominante. Essas tensões confirmam a crítica teórica apresentada no referencial: a biblioteca é simultaneamente um espaço de reprodução e de resistência. A neutralidade, muitas vezes atribuída à prática bibliotecária, é tratada como uma construção ideológica que obscurece os conflitos presentes na seleção, organização e circulação dos saberes.

Assim, os resultados sugerem que a função social da biblioteca está inevitavelmente fundida em disputas por significados, narrativas e representações, o que permite compreendê-la como um espaço ideológico.

Os artigos de Souza (2018) e Sousa (2018) revelam como o Estado exerce influência direta sobre os acervos das bibliotecas públicas através da dependência financeira, da distribuição governamental de livros e da elaboração de políticas centralizadas que criam mecanismos de controle que podem restringir a diversidade do acervo e reforçar valores hegemônicos.

O estudo de Almeida, Bastos e Romão (2008), ao analisar o discurso presidencial, mostra como o poder político mobiliza a biblioteca como símbolo de progresso e cidadania, construindo sentidos que legitimam determinadas visões de sociedade. Esses resultados reforçam a articulação entre biblioteca e ideologia ao indicar que o Estado atua como mediador central na definição das funções, discursos e práticas das instituições bibliotecárias.

Por fim, a ausência de estudos diretamente voltados à relação entre biblioteca e AIE permite observar um silenciamento conceitual significativo na literatura da área, do mesmo modo que a invisibilidade de outras tipologias de bibliotecas sugere que o debate sobre ideologia têm sido reduzido quase exclusivamente ao âmbito da biblioteca pública. Tais lacunas apontam a necessidade de pesquisas que abordem essa temática, uma vez que a literatura brasileira da CI ainda trata a ideologia como tema periférico, apesar de sua centralidade para compreender as bibliotecas como instituições sociais.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa permitiu compreender que as bibliotecas, em suas múltiplas configurações institucionais, não podem ser tratadas como espaços neutros, desprovidos de tensões políticas e ideológicas. Ao analisar a literatura científica brasileira da Ciência da Informação, ficou evidente que a biblioteca atua simultaneamente como espaço de reprodução e como potencial espaço de contestação das ideologias dominantes, dependendo das condições históricas, institucionais e discursivas em que se insere. Os resultados encontrados confirmam a premissa que fundamentou a pesquisa: a biblioteca participa ativamente dos processos sociais de mediação do conhecimento e, portanto, está inserida na dinâmica dos Aparelhos Ideológicos de Estado (AIE), ainda que essa discussão raramente seja explicitada na produção da área.

A análise permitiu identificar que a presença da ideologia nas práticas bibliotecárias manifesta-se tanto em dimensões estruturais quanto em aspectos cotidianos. Em nível estrutural, as políticas públicas direcionadas às bibliotecas, especialmente às bibliotecas públicas, mostram a forte vinculação entre Estado, educação e cultura, o que situa essas instituições dentro de um campo político altamente regulado. O Estado, enquanto aparelho ideológico, orienta práticas, discursos e prioridades das bibliotecas, seja por meio de legislações, programas culturais ou políticas de fomento. Muitas vezes, esse direcionamento reduz o entendimento da biblioteca à materialidade de um acervo, apagando o papel do bibliotecário como mediador crítico e silenciando o potencial emancipatório dos usuários.

Também pode ser observado que o acervo, longe de ser uma entidade neutra, constitui um vetor fundamental da ideologia. A dependência financeira das bibliotecas torna esses acervos vulneráveis a práticas de censura, controle simbólico e exclusão de narrativas que não se alinham aos interesses dominantes. Assim, os processos de seleção, aquisição e descarte revelam sua face política, capaz de reforçar ideologias coloniais, racistas e excludentes. Essa dimensão tensiona diretamente a noção de neutralidade da biblioteca e reforça a centralidade do posicionamento ético-político dos bibliotecários.

Do ponto de vista da área, a pesquisa evidenciou a necessidade de uma postura mais crítica por parte da Ciência da Informação brasileira. A análise dos artigos revelou que predomina uma postura despolitizada acerca das bibliotecas, com pouca problematização sobre a sua função ideológica. Aqui, destaca-se a escassa aproximação com o referencial althusseriano, que poderia ampliar substancialmente a compreensão do papel social dessas instituições. Observou-se, inclusive, que, embora algumas análises se aproximem da discussão ideológica, fazem-no principalmente a partir de abordagens da Análise do Discurso (AD), sobretudo de base francesa, que já possui fundamentos althusserianos. Esse ponto ajuda a explicar por que certas referências à ideologia emergiram na revisão, ainda que não houvesse menção direta a Louis Althusser nos textos recuperados.

Esse fenômeno, no entanto, revelou uma limitação importante: o mecanismo de busca da Brapci mostrou-se insuficiente para recuperar textos que, embora dialoguem com o referencial althusseriano por meio da AD, não utilizam explicitamente o nome do autor. Assim, o fato de terem sido identificados textos teoricamente alinhados à ideologia althusseriana sem que o termo “Althusser” aparecesse aponta para uma limitação metodológica significativa desta pesquisa.

Outra constatação relevante diz respeito ao fato de que a discussão sobre ideologia aparece, na literatura analisada, quase exclusivamente vinculada às bibliotecas públicas. Isso revela uma lacuna expressiva no debate acadêmico onde outras tipologias raramente são discutidas a partir da perspectiva ideológica, ainda que participem, de maneira igualmente significativa, dos mecanismos sociais de reprodução de valores e práticas. A ausência dessa reflexão amplia a percepção de que grande parte da literatura da área ainda não incorpora o entendimento de que todas as bibliotecas, independentemente de sua tipologia, desempenham papéis ideológicos.

O estudo aponta a necessidade de que a Ciência da Informação brasileira fortaleça sua dimensão crítica e transformadora. Reconhecer as bibliotecas como instituições politicamente situadas não implica negar sua potência, mas, ao contrário, reafirmá-la. Para que possam atuar como instrumentos de emancipação, as bibliotecas precisam abandonar a postura estática que naturaliza práticas, discursos e hierarquias, e assumir-se como espaços de crítica, resistência e produção de novos sentidos. Essa tarefa exige profissionais comprometidos com a formação de usuários autônomos, conscientes e capazes de transformar sua própria

realidade, o que só pode ser realizado se estes aprofundarem estudos relativos à temáticas como ideologia, poder e discurso no contexto das práticas bibliotecárias.

Assim, em relação aos objetivos da pesquisa, conclui-se que a literatura brasileira da Ciência da Informação aborda a ideologia de maneira pontual, concentrando-se predominantemente na biblioteca pública, o que atende ao primeiro objetivo específico ao demonstrar que essa tipologia é aquela na qual o debate ideológico se manifesta com maior clareza. No que se refere ao segundo objetivo específico, verificou-se que as tipologias de bibliotecas identificadas na literatura são majoritariamente descritas sob uma perspectiva operacional e funcional e não sob uma abordagem crítica, o que reforça a persistência de uma concepção de neutralidade institucional. Por fim, em relação ao terceiro objetivo específico, os resultados indicam que as bibliotecas podem ser compreendidas como Aparelhos Ideológicos de Estado, ainda que essa relação não seja explicitada de forma direta nos textos analisados, emergindo de modo implícito por meio de práticas discursivas, pelas políticas de acervos e mediações institucionais.

Dessa forma, os resultados apresentados contribuem para ampliar o debate crítico sobre a biblioteca enquanto instituição social, ao mostrar que a ideologia não se limita a elementos discursivos, mas se materializa em políticas, acervos, práticas e relações institucionais. Ao mobilizar a teoria dos Aparelhos Ideológicos de Estado no campo da Ciência da Informação, reforça-se que compreender a biblioteca como um espaço politicamente situado não reduz sua relevância técnica, mas a posiciona como agente de disputa simbólica e formação social. Essa compreensão pode fortalecer abordagens teóricas que rompam com visões naturalizadas e funcionalistas, permitindo um avanço conceitual na pesquisa acadêmica da área, uma vez que compreender seu papel na ordem social, como um AIE e seu funcionamento, permite romper com possíveis tradições reprodutoras.

Em síntese, reconhecer a biblioteca como instituição ideológica é reconhecer também sua potência emancipadora. Assumir essa dimensão implica deslocá-la de uma função meramente reprodutora de valores hegemônicos para uma prática crítica, consciente e comprometida com a pluralidade de vozes que compõem o meio social. A biblioteca, ao assumir-se como espaço ativo de produção e circulação de narrativas, pode não apenas refletir o mundo, mas participar de sua transformação.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Ludmila; BASTOS, Gustavo Grandini; ROMÃO, Lucília Maria de Sousa. “Zerar o número de municípios brasileiros sem biblioteca”: análise do discurso do Presidente Lula. **Encontros Bibli**, Florianópolis, n. 26, p. 1-24, 2º sem. 2008.

ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos ideológicos de Estado.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2025.

ALTHUSSER, Louis. **Sobre a reprodução.** Petrópolis: Vozes, 1999.

ANTIGO PORTAL DA BIBLIOTECA NACIONAL. **Sobre a BN.** [*S. l.: s. d.*]. Disponível em: https://antigo.bn.gov.br/sobre-bn. Acesso em: 8 nov. 2025.

ARAUJO, Andre Vieira de Freitas; ARAÚJO, Diná Marques Pereira. Fundamentos da Biblioteconomia Moderna em Gabriel Naudé: notas transversais pela lente e episteme da Bibliografia e da Bibliofilia. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 14, n. esp., p. 1-22, jul. 2018.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo.** São Paulo: Edições 70, 2016.

BRAPCI. Base de Dados Referenciais de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação. Sobre. **BRAPCI.** Disponível em: https://brapci.inf.br/about/brapci. Acesso em: 8 jun. 2025.

BRETTAS, Aline Pinheiro. A biblioteca pública: um papel determinado e determinante na sociedade. **Biblos**, Rio Grande, v. 24, n. 2, p. 101-118, jul./dez. 2010.

CAMPELLO, Bernadete Santos; CALDEIRA, Paulo da Terra (Org.). **Introdução às fontes de informação.** 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008. p. 101-119.

CAMPOS, Arnaldo. **História das bibliotecas:** da Antiguidade aos tempos modernos. São Paulo: Ática, 1994.

CARVALHO, Livia Marques. Biblioteca: instituição preservadora da cultura dominante? **Informação & Sociedade:** Estudos, João Pessoa, v. 1, n. 1, p. 23-29, jan./dez. 1991.

CORRÊA, Éverton Rogério da Silva; NECKEL, Nádia Régia Maffi. A voz da resistência nas canções nativistas: as fronteiras do racismo. **Policromias**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 1, p. 11-37, abr./ago. 2021.

CUNHA, Murilo Bastos da. Construindo o futuro: a biblioteca universitária brasileira em 2010. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 29, n. 1, p. 7-18, jan./abr. 2000.

CUNHA, Murilo Bastos da; CAVALCANTI, Cordélia Robalinho de Oliveira. **Dicionário de biblioteconomia e arquivologia.** Brasília: Briquet de Lemos, 2008.

DUARTE, Adriana Bogliolo Sirihal; LOURENÇO, Cíntia de Azevedo (Org.). **O Carro-biblioteca da ECI/UFMG:** 38 anos. Belo Horizonte: Rona Editora, 2012.

ESTRADA CUZCANO, Alonso. La biblioteca pública: institución democrática al servicio de los ciudadanos. **Informação & Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v. 12, n. 2, p. 1–12, 2002.

FIOCRUZ. Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde. **Biblioteca de Manguinhos.** [*S. l.: s. d.*]. Disponível em: https://www.icict.fiocruz.br/biblioteca-de-manguinhos. Acesso em: 8 nov. 2025.

FLUSSER, Victor. A biblioteca como um instrumento de ação cultural. **Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG**, Belo Horizonte, v. 12, n. 2, p. 145-169, set. 1983.

FONSECA, Edson Nery da. **Introdução à Biblioteconomia.** São Paulo: Pioneira, 2007.

GOVERNO DO BRASIL. Biblioteca Nacional (BN). **Depósito Legal.** 2023. Disponível em: https://www.gov.br/bn/pt-br/acesso-a-informacao-2/institucional/sobre-a-fbn/enderecos-e-atendimento/deposito-legal. Acesso em: 21 set. 2025.

IFLA – INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS. **Manifesto da IFLA/UNESCO para a Biblioteca Pública.** 2015.

IFLA – INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS. **Manifesto da IFLA/UNESCO para a Biblioteca Escolar.** 2015.

KONDER, Leandro. **A questão da ideologia.** 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2020.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LIMA, Clóvis Ricardo Montenegro de; SILVA, Mariana Oliveira da. Biblioteca comunitária: um processo de autogestão. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, Brasília, v. 10, n. 2, p. 250-264, jul./dez. 2014.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E. D. A. **Pesquisa em educação:** abordagens qualitativas. São Paulo: E.P.U., 2012.

MACEDO, Iara Ferreira de. A ideologia na Biblioteconomia: uma reflexão. **Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG**, Belo Horizonte, v. 15, n. 2, p. 210-221, set. 1986.

MARQUES, Luciana Bergamo; KARPIŃSKI, Cezar. Os esqueletos indígenas de Santa Catarina: patrimônio bibliográfico, discurso e mediação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 29, e-51223, 2024.

MARX, Karl. **O capital:** crítica da economia política. Livro I: o processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

MEADOWS, Arthur Jack. **A comunicação científica.** Brasília: Briquet de Lemos/Livros, 1999.

MEY, Eliane Serrão Alves. Bibliotheca Alexandrina. **Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Campinas, v. 1, n. 2, p. 71–91, 2004.

MICHAELIS DICIONÁRIO BRASILEIRO DA LÍNGUA PORTUGUESA. **Biblioteca.** *In*: MICHAELIS. [*S. l.*]: UOL, 2025. Disponível em: https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/biblioteca. Acesso em: 7 nov. 2025.

MILANESI, Luís. **O que é biblioteca.** São Paulo: Brasiliense, 1983.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento:** pesquisa qualitativa em saúde. 14. ed. São Paulo: Hucitec Editora, 2014.

PAIVA, Sebastião de. Carro-biblioteca: uma experiência brasileira. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 6, n. 1, p. 57–60, jan./jun. 1973.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE. Biblioteca Pública Municipal Josué Guimarães. **Sobre a Biblioteca.** Porto Alegre: Prefeitura Municipal de Porto Alegre, [s.d.]. Disponível em: https://lproweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/smc/default.php?p_secao=272. Acesso em: 06 dez. 2025.

PUCRS. Biblioteca Central Irmão José Otão. **Sobre a Biblioteca.** Porto Alegre: PUCRS, [s.d.]. Disponível em: https://biblioteca.pucrs.br/conheca-a-biblioteca/sobre-a-biblioteca/. Acesso em: 06 dez. 2025.

SILVA, Jonathas Luiz Carvalho; SILVA, Roosewelt Lins. Biblioteca, luta de classes e o posicionamento da Biblioteconomia brasileira: algumas considerações. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 16, n. 2, p. 203-217, jul./dez. 2010.

SOUSA, Raquel Juliana Prado Leite de. Políticas de Bibliotecas Públicas e o Instituto Nacional do Livro: análise exploratória à luz da História e Teoria da Educação Brasileira. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 14, n. 3, p. 152-171, set./dez. 2018.

SOUZA, Willian Eduardo Righini de. Em nome da moral e dos bons costumes: censura a livros com temática de gênero no Brasil do século XXI. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 24, n. 1, p. 267-295, jan./abr. 2018.